



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara

**Economia Solidária: Desenvolvimento recente e o caso
da COOPERLIMP.**

Autor: Eduardo Ramos Honório da Silva

Orientador: Professor Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Examinador: Professor Dr. Adilson Marques Gennari

Araraquara 2012

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais, João Francisco Honório da Silva e Maria Ramos Oliveira da Silva, por todo amor, carinho e paciência durante todos esses anos. A vocês devo tudo que sou!

Ao meu irmão, Rômulo Ramos Honório da Silva, por ser mais que um irmão durante toda minha vida. Com você eu sei que posso contar!

A minha falecida avó Adelita, que apesar de todas as dificuldades, sempre batalhou para criar minha mãe e poder cuidar dos netos.

Ao meu orientador, Sebastião Neto Ribeiro Guedes, por ter me acompanhado durante toda essa etapa da minha vida.

A todos os meus brothers da República Torre, com quem dividi algumas das melhores experiências da minha vida.

Aos picaretas, que apesar da picaretagem, sempre estão presentes.

A todos os meus amigos, por serem o que são.

Resumo

O desenvolvimento do sistema capitalista, à medida que aumenta a eficiência da produção contribui para uma cada vez maior concentração da riqueza e, em conjunto com as reformas neoliberais ocorridas durante o final do século XX, para uma mudança significativa na produção, bem como nos níveis de emprego formal, especialmente no Brasil. Buscando amenizar esses problemas, surgiram inúmeras iniciativas associativistas, que se cristalizaram na forma da Economia Solidária no Brasil nos anos 80.

Para compreender e coordenar esse novo movimento inúmeras instituições foram criadas e cada vez mais atores se apresentaram para constituir a atual configuração dos empreendimentos solidários, estes baseados na cooperação, auto-gestão e solidariedade. Como resultado de toda essa organização os empreendimentos solidários aumentaram em número e importância econômica durante os últimos 30 anos. Neste trabalho analiso essa trajetória bem como tomo o exemplo da Cooperativa de limpeza do Jardim Gonzaga para demonstrar se a Economia Solidária é de fato um movimento de alternativa ao desemprego para as populações excluídas, sendo abandonada assim que as taxas de emprego formais melhoram, ou não, sendo uma nova forma duradoura de conceber a produção.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; SENAES; INCOOP.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. O SURGIMENTO DAS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS.....	10
1.1. O modo de produção capitalista.....	10
1.2 A Origem do pensamento associativista.....	13
1.3 O mercado de trabalho brasileiro.....	16
1.4 A Economia Solidária no Brasil.....	20
1.5 Possibilidade e Limites da Economia Solidária.....	23
2. A ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.	27
2.1. Introdução.....	27
2.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.....	28
2.3. A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.....	30
2.3.1. Economia Solidária em Desenvolvimento.....	33
2.4. O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.....	34
2.5. A Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES.....	36
2.5.1. I CONAES.....	36
2.5.2. II CONAES - “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”	42
2.6. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.....	43
2.7. Políticas Públicas, Ações e Projetos Implementados.....	45
2.8. O Crescimento dos Empreendimentos em Economia Solidária.....	48
2.8.1. A Trajetória dos EES.....	50
2.8.2 Atividades Comerciais e Resultados Financeiros.....	53
2.8.3. Participação, compromisso e melhoria na qualidade de vida e Meio Ambiente.	56
2.8.4. Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária – EAFs.....	57
3. AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS POPULARES: A INCOOP/NUMI-ECOSOL E A COOPERLIMP.....	58
3.1. A INCOOP/NUMI-ECOSOL	58
3.2. A COOPERLIMP.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
BIBLIOGRAFIA	71
ANEXOS	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma SENAES.....	30
Figura 2. Proposta de Método da COOPERLIMP.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do Trabalho Organizado e Não-Organizado 1940-2000 (%).....	19
Gráfico 2. Evolução Histórica do Número de EES.....	50
Gráfico 3. Motivos de Criação dos EES.....	51
Gráfico 4. Distribuição dos indivíduos por área de atuação.....	53
Gráfico 5. Dificuldades enfrentadas pelos EES.....	55
Gráfico 6. Compromisso e participação dos EES no Brasil.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil do desemprego na RMSP, 1989, 1996 e 2000 (em %)	19
Tabela 2. A evolução dos EES	49
Tabela 3. Participantes dos EES	52

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e

CNES: Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAES: Conferência Nacional de Economia Solidária

COOPERLIMP: Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga

EAFs: Entidades de Apoio, Acessória e Fomento à Economia Solidária

EES: Empreendimentos Econômico-Solidários

ES: Economia Solidária

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM: Fórum social mundial

INCOOP: Incubadora Regional de Cooperativas Populares

ITCPs : Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares)

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NuMi-EcoSol: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária

ONGs: Organizações Não Governamentais

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

SM: Salário mínimo

UNISOL: União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista promoveu grandes mudanças na esfera produtiva, uma vez que foi capaz de converter a força de trabalho, agora não mais do dono dos meios de produção, em mercadorias sob a forma de salários de onde se extrai a mais-valia. Através da continuidade deste processo e com a orientação do mesmo para o mercado, o capitalista busca a realização do seu lucro, bem como a ampliação de seu capital.

Com o aumento da eficiência das técnicas produtivas, o tempo necessário para a produção de uma unidade de mercadoria se torna a cada dia menor o que contribui para um ritmo cada vez maior de concentração de renda, culminando em um sistema que não somente promove uma maior desigualdade entre os indivíduos presentes no processo, como também em uma realidade social de vencedores e excluídos.

Observando essa característica do Capitalismo, não é muito difícil imaginar que a parcela excluída da população contribua para o aumento das taxas de desemprego não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Na busca por uma solução para esse problema inúmeras alternativas de cunho associativista foram empregadas em diferentes países, estas que serviram de base para a chamada “Economia Solidária”.

A Economia Solidária teve início em meados dos anos 70, através de inúmeros movimentos sociais, entretanto somente nos anos 80 que o movimento começou a se tornar mais representativo, já que nessa época o Brasil passava por uma alta crise no emprego, decorrente do processo neoliberal, que levou as pessoas a procurarem por alguma forma de sobreviver.

O foco da Economia Solidária é a busca por uma nova maneira de produzir, pautada na gestão coletiva, onde o trabalho e o fruto do mesmo são divididos de forma igualitária entre os membros associados. Essa nova proposta não somente se tornou uma alternativa de defesa da classe trabalhadora, como despertou o interesse de acadêmicos, religiosos, bem como outros grupos, que se propuseram a compreender essa nova perspectiva de produção e promover, cada um a sua maneira, formas de integrar pessoas excluídas das esferas econômica e social a sociedade.

Com o aumento da relevância do tema, vários novos atores foram se consolidando no cenário nacional, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a SENAES, esta com a missão de organizar uma política nacional para a Economia solidária, além do

interesse cada vez maior por parte das universidades em parcerias com possíveis grupos interessados em desenvolver as bases da Economia Solidária.

O presente trabalho busca compreender como se originou os princípios que se consolidaram na Economia Solidária através de uma revisão histórica de movimentos semelhantes ocorridos em outras localidades, bem como a motivação para que o mesmo florescesse em nosso país. É foco do mesmo elucidar a forma como a Economia Solidária tem se organizado ao decorrer dos anos, seus principais atores, realizações e necessidades para se firmar como real alternativa ao sistema de produção atual, não sendo um processo apenas motivado por tempos de crise no emprego.

Para compreender as questões acima se analisou o crescimento dos empreendimentos em economia solidária até o ano de 2007, bem como o caso da cooperativa de limpeza COOPERLIMP, no município de São Carlos.

1. O SURGIMENTO DAS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS.

1.1. O modo de produção capitalista.

Antes de compreender como se estruturou e quais conseqüências o modo de produção capitalista impõe a todos nós, é necessário entender o que é um modo de produção dentro da esfera econômica. Segundo Marx, um modo de produção pode ser entendido como a maneira como os indivíduos de uma dada sociedade se organizam no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários a subsistência; e ainda mais, o mesmo denota as diferentes formas com que o desenvolvimento das forças produtivas se correspondem as relações sociais de produção.

Entretanto, este não é o único significado existente para o termo, podendo este ser interpretado como apenas uma forma concreta de produzir, sendo meramente descritivo. A distinção, segundo M. Godelier é necessária, uma vez que o último representaria um *modo material de produção*, ou seja,

“... os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extrair os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social.” (GODELIER, 1981, apud GAIGER, 2003 p. 169).

Os elementos materiais compreendem as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as matérias primas, as operações e procedimentos, os meios de trabalho utilizados, bem como as combinações entre esses elementos do que resultam variadas formas de apropriação da natureza. Como exemplo pode-se citar o Fordismo, onde através da introdução de linhas de montagem e de esteiras rolantes, caracterizava-se um novo modo material de produção, este jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho.

A instauração plena de um *modo de produção* exige engendrar previamente um novo *modo material de produção*, que lhe seja próprio e apropriado, pois isso é o que lhe faculta dominar o conjunto do processo de produção social e subverter as instituições que, contra as suas necessidades de desenvolvimento, ainda sustentam a ordem social. A

alteração profunda do modo de apropriação da natureza é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social (GODELIER, 1981, apud GAIGER, 2003, 1981).

O modo de produção capitalista nasce a partir do momento em que quatro características da vida econômica se reúnem: 1) um regime de produção de mercadorias e produtos que visam apenas o mercado; 2) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; 3) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob a forma de trabalho assalariado; 4) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção, a mais valia é o objetivo final e o motivo determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital (GAIGER, 2003, p. 187-188).

Dessa forma, o capitalismo está baseado em uma relação social, entre indivíduos com diferentes posições no que se refere aos meios de produção e ao valor de sua capacidade de trabalho, sendo esses indivíduos divididos em três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, como donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias.

Sobre isso acrescenta MARX:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre de corporação na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomerados nas fábricas, são organizados como soldados. Como membros do exército industrial estão subordinados à perfeita hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são escravos exclusivos da classe e do Estado burgueses, mas diariamente e a cada hora são escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do próprio dono da fábrica. Esse despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso e mais exasperador quanto maior é a franqueza com que proclame ter no lucro seu objetivo e seu fim (MARX, 1848, p. 32).

Durante seu desenvolvimento, uma característica se mostrou fundamental dentro do modo de produção capitalista: a incessante busca por melhorias técnicas, atualizando e reinventando a base técnica existente, segundo SINGER,

“As revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade

inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição.” (2000, p. 12).

Através da criação de sua base própria e da contínua renovação, buscando contemplar suas necessidades, o capitalismo é capaz de efetuar o que é de maior importância dentro de um modo de produção, o processo de reposição de sua própria realidade, reproduzindo-a historicamente e é justamente através dessa reprodução das características previamente citadas que o modo de produção capitalista amplia as disparidades existentes dentro da sociedade, provocando por um lado segregação social, pobreza e desemprego e, por outro, o aumento da concentração de riqueza em forma de capital financeiro, de terras e de indústrias.

Para BRAUDEL:

“... o capitalismo de hoje mudou de tamanho e de proporções, de um modo fantástico. Adequou-se às mudanças de base e dos meios, estes fantásticamente ampliados também. Mas, *mutatis mutandis*, duvido de que a natureza do capitalismo tenha mudado radicalmente.” (BRAUDEL, 1987, p. 72)

Para provar seu ponto o autor afirma que o capitalismo ainda permanece fundamentado numa exploração dos recursos e das possibilidades internacionais, apoiando-se comumente em monopólios de direito, cuja organização continua a fazer funcionar o mercado e na não abrangência de toda economia, de toda a sociedade que trabalha, excluindo os indivíduos que se afastam dos ideais das economias centrais.

O autor afirma ainda que “o capitalismo deriva, por excelência, das atividades econômicas desenvolvidas na cúpula ou que tendem para a cúpula”, evidenciando claramente o caráter de concentração do mesmo e, por conseguinte uma inevitável criação de disparidades entre os indivíduos.

Sobre isso, Lênin afirma em *O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo* de 1917: “O capitalismo é a produção mercantil em seu mais alto grau de desenvolvimento; dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, dezenas de milhões de pequenas empresas nada são”.

É dentro deste cenário e como resposta aos flagelos impostos pelas práticas capitalistas que diferentes maneiras de pensar a produção tomaram forma ao longo dos

anos, maneiras estas não mais fundadas na busca incessante pelo maior lucro possível, através da apropriação do trabalho alheio, mas agora tendo a solidariedade como principal fator de impulsão na produção.

1.2 A Origem do pensamento associativista.

O pensamento associativista e a prática cooperativista existem desde meados do século XIX, sendo estes idealizados como uma alternativa aos efeitos do capitalismo industrial. Segundo Singer,

“... o ideal liberal de auto-regulação da economia era levado a cabo como princípio e dogma inquestionável do capitalismo, e é através deste modelo ideológico liberal de exploração que se inicia o processo de crises e misérias sintomáticas na condição de vida dos proletariados, tais como exploração demasiada da classe operária através de jornadas de trabalho excessiva, utilização de mão de obra infantil e condições de trabalho insalubre e, claro, aumento crescente de desemprego.” (SINGER, 2002, apud MUNARIM, 2007, p. 16).

Como resposta a essa situação surgem os movimentos associativistas tendo início na França e principalmente na Inglaterra, onde se buscava uma outra opção a baixa renda e as já citadas péssimas condições de trabalho provocado pela conversão de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial (SANTOS, 2002 p. 33).

Em meio a essa situação surgem os primeiros autores interessados em analisar os fenômenos solidários que tomavam forma. Na Europa os principais expoentes da chamada economia solidária foram Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858).

Para Claude Saint-Simon é necessária a presença de um Estado forte e industrializado na sociedade, cuja obrigação fosse a busca do bem estar das classes trabalhadoras através da produção de coisas úteis à vida, sendo também responsável pela redistribuição da riqueza assim como as classes trabalhadoras estariam unidas em associações de cidadãos. Para o autor a história é um lento processo de industrialização,

onde a “sociedade do amanhã” só viria a tomar forma através da participação e da cooperação entre os indivíduos.

Charles Fourier projeta uma sociedade constituída por falanstérios, fazendas coletivas agroindustriais, onde todos os indivíduos teriam um papel determinante, objetivando o bem estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo.

Pierre Proudhon idealiza uma sociedade formada por pequenos produtores que obteriam financiamento de bancos de troca para a aquisição dos meios de produção e onde o dinheiro seria substituído por certificados de circulação fazendo com que as sociedades trocassem serviços.

Robert Owen defende a criação de uma sociedade comunista que se daria através da organização de colônias cooperativas objetivando com isso o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção. Na perspectiva de construção dessa sociedade, Owen contribuiu para a criação e organização de diversas cooperativas em meados do século XIX, tornando evidente a ligação da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

O associativismo tem duas bases, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade, e a crítica ao Estado centralizado, onde existe a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas, conferindo um papel central a sociedade civil (HIRST, 1994: 15). Segundo BIRCHNALL o cooperativismo inspira-se em cinco diferentes valores: Autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. São esses valores que norteiam os estatutos das cooperativas até os dias atuais. Junto a estes valores, somam-se um conjunto de princípios que tem guiado o funcionamento de todas as cooperativas, sendo estes primeiramente idealizados através da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, criada em 1844.

“Em resumo estes princípios eram os seguintes -. 1º a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispoendo de um voto; 2º a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos; 3º qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4º tudo o que sobrasse da

receita deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa; 5º todas as vendas seriam à vista; 6º os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade; 7º a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e 8º a Sociedade seria neutra política e religiosamente (ABDL, 2004).”

Apesar de representar uma maneira diferente de produzir e do número de cooperativas ter se multiplicado rapidamente, a teoria associativista carecia de estabilidade, e como reflexo sua prática tornou-se falha.

“Por um lado, segundo esta opinião, correm o risco de fracassar porque a sua estrutura democrática as torna mais lentas na tomada de decisões do que as empresas capitalistas e porque o princípio “um membro um voto” as impede de alcançar o nível de capitalização necessário para se expandir, porque os investidores – sejam eles membros ou pessoas externas à cooperativa – desejam ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional à sua contribuição. Por outro lado, ainda segundo esta opinião, mesmo que as cooperativas consigam crescer e expandir-se acabam por fracassar, uma vez que o crescimento feito à custa do sacrifício da participação direta dos membros da cooperativa – o que se torna difícil em uma grande empresa- e exige, cada vez mais, investimentos consideráveis de capital, que só podem ser obtidos apelando para investidores externos, cuja influencia desvirtua o espírito da mesma.(BIRCHALL, 1997; FERGUSON, 1991).”

Ainda assim, um renovado interesse tomou forma pelas práticas cooperativas, principalmente depois dos anos 70. Esse ressurgimento, segundo Santos, deve-se a quatro razões. Primeiramente, ainda que baseadas em princípios e valores não capitalistas, sempre foram concebidas, e operam como unidades produtivas capazes de competir no mercado. Em segundo lugar as cooperativas têm potencial de responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, pois as mesmas tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas devido ao maior esforço empregado pelos trabalhadores-sócios, não

sendo necessário gastar-se com a supervisão dos mesmos e ainda por serem flexíveis¹ às alterações da demanda. Em terceiro lugar pelo efeito igualitário que a difusão das cooperativas traz, uma vez que os trabalhadores são ao mesmo tempo proprietários. Por fim, aos benefícios não econômicos gerados aos seus membros e a comunidade em geral, estendendo o princípio da democracia participativa a esfera econômica, os indivíduos são capazes de repudiar a inerente desigualdade gerada pelo capitalismo.

Na América Latina, essa nova forma de conceber a produção foi expressa na chamada “economia solidária”, onde se enquadram as mais diversas formas de produção de caráter associativo, com destaque especial as cooperativas e as mutualidades (SINGER; SOUZA, 2000).

1.3 O mercado de trabalho brasileiro.

Segundo MOTOYAMA (1994), a industrialização brasileira apresenta ao menos três diferentes correntes teóricas. Primeiramente seria o resultado da expansão do setor externo da economia, com destaque especial para o Estado de São Paulo. Em segundo lugar a industrialização seria resultado das dificuldades do setor externo da economia. Por fim, o capitalismo tardio explicaria nossa industrialização através da acumulação de capital no setor agrícola exportador que tomava moldes capitalistas ao fim do século XIX e, portanto, o desenvolvimento industrial seria limitado às empresas produtoras de bens de consumo até 1950, quando se fez necessário importar maquinário e insumos necessários à indústria de bens de capital.

No decorrer do século XX, o Brasil transformou-se de uma economia rural em uma economia urbana, industrial, onde se gerava inúmeros empregos formais. A partir de 1930 e pelas décadas seguintes, o Brasil deixou de ser uma fazenda produtora de bens primário-exportadores para se transformar em uma das dez maiores economias do mundo, entretanto a partir de 1980, o mercado de trabalho sofre alterações dinâmicas que acentuam o desemprego e a deterioração das condições de trabalho (MATTOSO, 1999).

Além da mudança do perfil econômico brasileiro, o mercado de trabalho encontrou uma maior ampliação e estruturação devido à regulação pública fundada no

¹ Seguindo o conceito de especialização flexível as cooperativas seriam capazes de adotar estratégias de inovação permanente. Essa técnica é baseada na utilização de equipamento flexível, multiuso, especialização e criação através de políticas de uma comunidade industrial que restringe as formas de competição àquelas inovações favoráveis.

assalariamento, onde a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) teve papel de destaque pra promover a menor heterogeneidade de condições e relações de trabalho no país.

A ruptura desse processo de estruturação tem seu início nos anos 80, com a crise da dívida externa e através das inúmeras políticas de ajuste econômico, principalmente a partir dos anos 90 com a adoção do receituário neoliberal. O resultado disso foi uma forte tendência de desestruturação do mercado de trabalho, onde segundo Pochmann de cada 10 ocupações geradas, 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem, quando anteriormente das mesmas 10, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e 1 sem.

O quadro abaixo ilustra a situação do desemprego no Brasil de 1989 até o ano 2000. O que se vê é um claro aumento desse indicador, muito em função das políticas adotadas no período, entretanto POCHMANN afirma que esse aumento também veio em conjunto com uma alteração na organização do emprego.

Tabela 1: Perfil do desemprego na RMSP, 1989, 1996 e 2000* (em %)

Itens	1989	1996	2000
Tipo de desemprego			
Desemprego Aberto Brasil (IBGE) **	3,4	4,6	8,4
Total	6,7	14,2	18,2
Aberto***	5,0	9,2	11,8
Oculto****	1,7	5,0	6,9
Precário	1,1	3,7	4,9
Desalento	0,6	1,3	2,0
Idade			
10 a 14 anos	25,3	40,3	46,4
15 a 17 anos	15,8	39,8	47,1
18 a 24 anos	9,0	19,7	27,2
25 a 39 anos	5,3	11,1	14,9
Mais de 40 anos	2,8	8,0	11,5
Sexo			
Homem	5,7	12,5	15,9
Mulher	8,3	16,4	22,3

Fonte: adaptado de POCHMANN, 1999, p. 105, MATTOSO, 1999, p. 12 e Fundação Seade e Dieese.

RMSP = Região Metropolitana de São Paulo

* Os dados para o ano de 2000 referem-se acumulado no ano até o mês de Maio.

**Este dado foi coletado no IBGE, mas considera o desemprego aberto com período de referência de 30 dias anterior ao da semana da entrevista.

***Desemprego Aberto: engloba todas as pessoas de 10 anos e mais que não têm trabalho e que efetivamente procuraram emprego ou negócio nos 30 dias anteriores ao dia da entrevista.

****Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que, em simultâneo à procura de trabalho, realizaram algum tipo de atividade descontínua e irregular. Desemprego Oculto pelo Desalento: pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda queiram trabalhar.

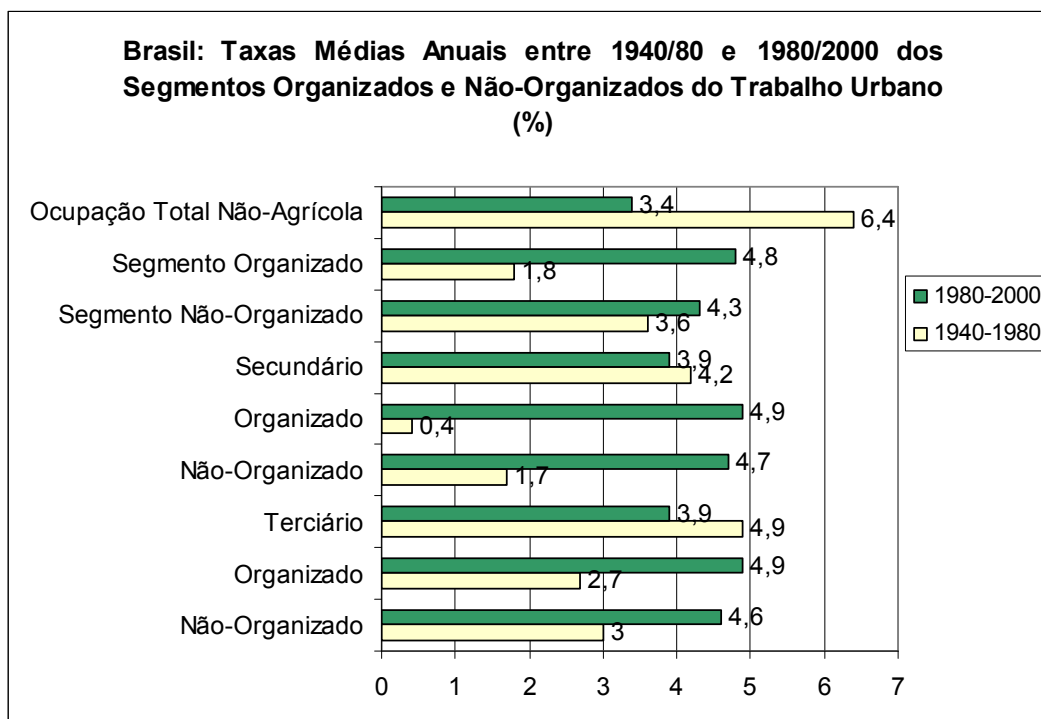
Para SINGER “O grande problema, nas condições estruturais do Brasil, é que ao fraco crescimento do emprego industrial conjugou-se uma sensível redução dos investimentos e uma estagnação da produção deste setor”, que teve como resultado direto o aumento da precarização dos postos de. O que se assistiu nos anos seguintes foi uma elevação da responsabilidade dos empregos pelo setor Não-Organizado² e conseqüente queda no setor Organizado³ (POCHMANN, 2004).

A configuração do desemprego brasileiro mudara nesse sentido, as ocupações não-organizadas resultavam do excedente da força de trabalho que não encontrou lugar no setor organizado, sendo estes, muitas vezes provenientes do campo. Sem possuir qualificação profissional, com grande parcela de analfabetos, os indivíduos foram obrigados a procurar por novas alternativas, mesmo que essas impliquem em um aumento da brutalização das relações de trabalho e exploração, como condições de trabalho semi-escravo.

² O segmento não organizado do trabalho é caracterizado por ocupações precárias e heterogênicas, cuja atividade não se mostra essencialmente capitalista. É comumente relacionado ao aumento do desemprego.

³ O segmento organizado, por sua vez, é caracterizado pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas.

Gráfico 1: Evolução do Trabalho Organizado e Não-Organizado 1940-2000 (%).



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (POCHMANN, 2004).

Neste cenário, o desemprego muda seu caráter se tornando alto e prolongado, utilizando-se a subcontratação e a precarização dos postos de trabalho. Deve-se observar que, entretanto o aumento dos empregos verificados no setor de comércio e serviços não foi suficiente para compensar a queda dos mesmos no setor industrial. O resultado é um pequeno grupo de trabalhadores com empregos estáveis e uma grande massa em empregos mal remunerados e instáveis.

Sobre toda essa situação POCHMANN afirma:

Esse novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado produz — simultaneamente ao sofrimento humano — novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. Em grande medida, destaca-se a presença de um grupo de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, somado ao contingente de deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista no país, compreende um novo foco da economia solidária (POCHMANN, 2004, p. 29).

O desenvolvimento de iniciativas cooperativas, de economia solidária, ressurge como alternativa aos problemas citados, partindo de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores auto-geridos (os anteriormente, desempregados). A mesma ocorre através da livre associação de trabalhadores e nos princípios da autogestão e cooperação (GAIGER, 1999, p.29).

1.4 A Economia Solidária no Brasil.

Na América Latina, essa nova forma de conceber a produção foi expressa na chamada “economia solidária”, onde se enquadram as mais diversas formas de produção de caráter associativo, com destaque especial as cooperativas e as mutualidades (SINGER; SOUZA, 2000). Segundo a definição do Ministério do Trabalho (MTE), a economia solidária é “... *um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.*”.

A economia solidária foi estruturada por operários como uma resposta ao desemprego resultante da difusão desregulamentada das máquinas, ferramentas e do motor a vapor no século XIX – período da revolução industrial –, dessa forma a empresa solidária nega a separação existente entre o trabalho e a posse dos meios de produção. O capital é de posse daqueles que nela trabalham e, portanto, a divisão da propriedade é dada de maneira igualitária, cabendo para cada associado o mesmo poder de decisão.

Diferente da empresa capitalista maximizadora de lucros, a empresa solidária não funciona seguindo esse preceito, seu principal objetivo é maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho, até porque não se pode dizer que existe lucro na mesma, já que não há distribuição da receita proporcional as cotas de capital (SANTOS, 2002, p. 84). O excedente dessas empresas é chamado de “sobras”, que podem ter três destinos principais: Ser reinvestido de diferentes maneiras, serem destinados a fundos sociais, que melhorem as condições sociais de uma comunidade como um todo e, eventualmente, ser dividida entre os sócios, seguindo alguns critérios estabelecidos entre os mesmos.

O cooperativismo chegou ao Brasil no início do século XX, através dos emigrantes europeus. Tomou principalmente forma sob cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas não se restringem apenas as vinculadas com a produção, podendo também ser

de comercialização, comprando e vendendo – quando possível – em conjunto, de consumo, com finalidade de proporcionar a maior satisfação ao menor custo aos cooperados e creditícias, concebida pelos alemães, que são empresas de intermediação financeira, possuídas pelos depositantes, onde se aplicam os depósitos em empréstimos pessoais aos participantes da mesma.

No Brasil, a autogestão floresceu como resposta ao fechamento de empresas e demissão de funcionários nos anos 80 e 90, entretanto conduzir o processo de autogestão não foi simples, uma vez que convencer os trabalhadores a se unirem para gerir uma empresa falida, bem como de conscientizá-los do seu novo papel dentro do espaço produtivo – como sócios – era muito difícil. Em 1994 foi criada a ANTEAG, – Associação Nacional dos trabalhadores em Empresa de Autogestão e participação acionária – que segundo Nakano, não ajudaria apenas na preservação dos postos de trabalho e ao fim da subordinação ao capital, mas também assessoraria no processo de autogestão de novas empresas comunitárias, uma vez que a mesma detinha o conhecimento necessário adquirido através da experiência com a produtora de calçados Makerly.

Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões novas pra eles, entre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas eram fundamentais, por outro, não eram suficientes. Havia necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção de alternativas. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag (NAKANO, 2000, p. 68).

Além da ANTEAG, surge em 1999, no ABC paulista a UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo), cuja proposta também remete a recuperação de empresas em crise através da transformação das mesmas em cooperativas, regidas pelos princípios da autogestão.

A ACCMV (Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida), a partir de

1994 resolveu mudar o enfoque dado aos seus programas sociais, não mais apenas distribuindo alimentos, mas promovendo uma “solidariedade libertadora” através do fomento de atividades de geração de trabalho e renda.

A Cáritas Brasileira, instituição da Igreja Católica, ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) atravessou, segundo Bertucci três fases diferentes, sendo inicialmente assistencial, logo após promocional e por fim enfatizou a solidariedade libertadora. È partindo dessa última fase que durante o decorrer dos ano 80 a Cáritas passou a apoiar milhares de PACs (Projetos Alternativos Comunitários) por todo o Brasil. Em suma os PACs buscavam gerar trabalho e renda para os moradores das periferias pobres das metrópoles brasileiras e da zona rural e eram divididos em quatro categorias: Comunitários, produtivos e de prestação de serviços, de apoio a movimentos populares, à ação sindical e projetos de assistência e promoção social. Uma boa parte dos PACs acabou vingando e se inserindo na economia urbana, voltados para o mercado de forma a se tornarem competitivos e disputando compradores com empresas capitalista de mesma escala.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) foi responsável pelo assentamento de inúmeras famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. Tendo a agricultura em cooperativas autogestionárias como modelo, promoveu-se mais um incentivo a Economia Solidária no Brasil. Para tanto criou-se o modelo de SCAs (Sistema Cooperativista dos Assentados), que hoje chegam a ser mais de 80 iniciativas divididas em três diferentes categorias iniciais: Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs – Cooperativas de Prestação de Serviços – CPP – e Cooperativas de Crédito.

A parceria com unidades de ensino universitário criou as chamadas ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), mostrando o interesse por parte da elite científica e educacional do Brasil em compreender e desenvolver de maneira mais padronizada a Economia Solidária. As incubadoras de Cooperativas Populares vieram para prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios cooperativistas, apurando as técnicas empregadas, buscando novos mercados e financiamentos, etc. (SANTOS, 2002, p. 122). Devido ao sucesso das ITCPs, em 1999, foi criada uma rede de incubadoras universitárias, que visava a troca de experiências e a ajuda mútua, além de gerar proposições teóricas capazes de tornar a economia solidária mais autêntica e efetiva.

O surgimento dessas iniciativas só contribuiu para que o movimento solidário se

consolidasse cada vez mais, sendo em 2001, durante o Primeiro Fórum Mundial em Curitiba, lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, integrada por diversos agentes fomentadores de empreendimentos solidários, onde os mesmos podem realizar o intercâmbio de notícias e opiniões sobre o tema, bem como interligar comercialmente as cooperativas. Já no Segundo Fórum Mundial foi lançado o documento “Princípios da Economia Solidária” que consiste em uma série de orientações para se criar um fórum brasileiro de Economia Solidária mais participativo e democrático, além de expressar a crença nessa forma de organização da produção.

Em 2003, durante o III Fórum Social Mundial, o presidente Lula assume o compromisso de criar uma entidade responsável pelo fomento de políticas públicas em economia solidária, criava-se então a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária – presidida pelo professor Paul Singer, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MUNARIN, 2007, p. 21).

Em linhas gerais a SENAES tem como objetivo apoiar os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federal, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária. Entretanto suas funções vão muito além destas – sendo analisadas mais profundamente no próximo capítulo –, o mapeamento das experiências de economia solidária no território nacional, constituindo um sistema de informação centralizado sobre tais práticas, o planejamento, o controle e avaliação dos programas de economia solidária, além do respaldo a continuidade dessas práticas são mais algumas de suas responsabilidades.

1.5 Possibilidade e Limites da Economia Solidária.

Com a criação da ANTEAG e da UNISOL, aumentou-se o número de empresas que passavam por dificuldades e encontraram na autogestão uma resposta para superação de seus problemas. O crescimento dessa iniciativa representa nada mais do que uma tentativa de reduzir o passivo gerado nos anos 90 através da crescente onda de desempregos e falências.

Esses empreendimentos buscam no trabalho coletivo e na motivação de seus trabalhadores a competitividade necessária ao capitalismo contemporâneo, diferente do fordismo, onde a competitividade é obtida através das escalas produtivas e da

divisão/alienação do trabalho nas linhas produtivas. A autogestão busca recuperar coletivamente o saber produtivo perdido, criando formas de propriedade coletiva que se propõe a superar o que Marx chama de subsunção formal do trabalho⁴ e talvez, o próprio capitalismo.

A realidade, entretanto, apresenta um processo de autogestão em formação no Brasil, uma vez que as empresas solidárias ainda enfrentam inúmeras dificuldades. Estas empresas em geral são obrigadas a trabalhar com o que restou de uma empresa capitalista, dispendo de um grande patrimônio pessoal, com reduzido grau de instrução, em sua maioria. Os equipamentos, quando existentes, são antigos e a falta de patrimônio faz com que a empresa necessite, muitas vezes, de capital de giro superior à sua capacidade de financiá-lo. O maior problema, entretanto, recai sobre a instrução formal dos cooperados, principalmente dos que ocupam os cargos de direção, já que em muitos casos os mesmos carecem de conhecimentos técnicos e de experiência de mercado, o que dificulta a criação de uma gestão competente e eficiente a nova situação da empresa.

Sem dispor de patrimônio pessoal a empresa inicia com valores praticamente simbólicos e, portanto, com um grave problema de financiamento de suas atividades, limitando seus investimentos, soma-se a isso a defasagem tecnológica e o que se observa é uma grande oferta de mão-de-obra sem acesso a capital para desenvolver o negócio. Em geral as empresas autogeridas apresentam problemas para conseguir financiamentos devido à falta de confiança nas mesmas, confiança esta que demora um certo tempo para ser restabelecida, pois no início os indicadores financeiros das empresas se mostram deficientes e aos problemas com possíveis calotes na gestão anterior.

A questão educacional e organizacional dos trabalhadores é o que demanda maior esforço dos movimentos intelectuais ligados à economia solidária, sobre isso:

“Na perspectiva de ser dono do negócio, surgia a dúvida: o que é mais importante, ter o controle da gestão ou o controle dos meios de produção? (...) Existem casos de os trabalhadores gostarem tanto da gestão empresarial que assumem o controle da empresa como gestores empresariais e se recusam a responder enquanto verdadeiros donos coletivos da empresa. O caminho é

⁴ A relação de subsunção do trabalho tratada por Marx é caracterizada pela subordinação, bem como de dependência do trabalhador frente ao capital devido as suas necessidades de subsistência. Agora o capitalista subjuga o trabalhador com o produto do seu próprio trabalho – meios de produção e subsistência – para confrontá-lo.

educar os proprietários coletivos para que assumam o controle da gestão. Não é por outra razão que a Anteag investe 70% da sua força na educação dos gestores. Não adianta ter o controle da empresa se não se tem controle da gestão”. (ANTEAG, 2000, p. 22)

O que se evidencia é que o sucesso da “nova” empresa está diretamente ligado à gestão do negócio. Como citado anteriormente, a confiança também é fundamental aqui, uma vez que a sobrevivência do empreendimento depende da capacidade dos novos proprietários em reunir e organizar informações em seu benefício, desta forma não existir concorrência entre os trabalhadores e, portanto se educarem, se conhecerem e se complementarem naquilo que apresentem maior afinidade é de vital importância, isto posto que uma fábrica funciona com muito mais do que apenas o conhecimento necessário a operação das máquinas, é preciso conhecer aspectos legais, financeiros, estabelecer parcerias, etc.

Apesar desses problemas, a autogestão pode trazer boas vantagens, uma vez que os cooperados agora trabalham em um negócio que também é seu, o que os motiva a participar mais intensamente e principalmente, conhecer melhor seu negócio, refletindo positivamente em suas atividades. Outro ponto positivo recai sobre a transparência na gestão, com menor probabilidade de fraudes e de desleixo dos administradores, comportamentos que, quando desvirtuados podem levar empresas aparentemente sólidas a falência, entretanto o maior mérito dessas empresas é apresentar um desempenho econômico muito bom, capaz de gerar ou preservar os postos de trabalho e a renda a um custo muito baixo (TAUILE; DEBACO, 2002).

Visto todo este cenário é inegável o potencial da economia solidária no Brasil, mas para que a mesma supere seus entraves, é necessário a superação de algumas lacunas, sobre isto Pochmann enumera cinco questões principais a serem tratadas por intermédio de políticas públicas: Primeiramente a definição de uma regulação que defina um estatuto sobre a economia solidária, buscando acabar com falsas cooperativas que fraudam direitos legítimos de empregados assalariados. Em segundo lugar é necessário pensar o padrão de financiamento apropriado a economia solidária, já que o sistema bancário tradicional não compartilha dos princípios éticos da economia solidária, sendo necessário o estabelecimento de uma linha nacional de financiamento próprio adequada. Em terceiro lugar da necessidade de se constituir uma rede de produção, difusão de tecnologia e

extensão técnica no âmbito da economia solidária, além de uma maior articulação com instituições já existentes. Em quarto lugar a inclusão da economia solidária as políticas públicas destinadas à indústria e ao comércio exterior e por fim, enquadrar os empreendimentos solidários no que tange as compras e vendas do setor público, ou seja, as licitações públicas, visto que estas representam cerca de 30% da renda nacional, sendo improvável que a economia solidária continue marginalizada nesse processo.

2. A ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.

2.1. Introdução.

O período iniciado em 1980 foi cruel a uma grande parcela de trabalhadores brasileiros, especialmente aos ligados a indústria, uma vez que se evidenciou o processo de “desindustrialização”, compreendendo-se neste processo a perda de inúmeros postos de trabalho, a abertura do mercado, o desassalariamento em massa, bem como a precarização das relações de trabalho.

Como defesa a esse processo exclusivo, suas vítimas buscaram se inserir na produção social das mais diversas formas de trabalho autônomo, individuais ou coletivos. Quando coletivos, a autogestão tendia a aparecer como principal estratégia de inclusão econômico-social, tornando esses indivíduos integrantes das atividades desenvolvidas pela economia solidária.

Em novembro de 2002, foi realizada uma reunião pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária – formado por diversas organizações e redes ligadas a Economia Solidária –, onde se decidiu elaborar uma carta ao então eleito presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, sugerindo a criação de uma Secretária Nacional de Economia Solidária. Nessa mesma reunião decidiu-se por realizar a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária, que por sua vez reforçou e ampliou a discussão acerca de uma organização pública de fomento as atividades econômicas solidárias.

O nascimento de uma organização que vizasse a estruturação de uma política nacional de economia solidária aconteceu em 2003, durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, onde se cria no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A opção pelo MTE se deve a proximidade entre as atividades de economia solidária ao movimento operário, entretanto é pertinente lembrar que essa escolha implicou no aumento das responsabilidades do MTE, uma vez que o mesmo não mais tem a única missão de acolher os direitos dos assalariados, mas também daqueles não formalmente assalariados, incluído o cooperativismo e associativismo urbano.

Simultaneamente, no âmbito da sociedade civil, criou-se O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), onde se encontra as principais agências de fomento da economia solidária.

2.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

O FBES é o resultado das discussões apresentadas na oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão” no I FSM, que contou com a participação de cerca de 16 mil pessoas vindas de mais de cem países. O interesse manifestado durante o encontro propiciou a constituição do Grupo Brasileiro de Economia Solidária (GT - Brasileiro), composto de inúmeras redes e formas associativas do segmento popular solidário, como igrejas, sindicatos, estudantes, dentre outros.

O GT – Brasileiro era composto por doze entidades e redes de representação nacional, sendo elas: a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); a Cáritas Brasileira; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

No final de 2002, com a vitória do Governo Lula, o GT – Brasileiro elaborou a carta “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, onde eram apresentadas as diretrizes gerais da Economia Solidária, além de reivindicar a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

Durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, em Junho de 2003, foi criada de forma definitiva o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, praticamente em conjunto com a SENAES. O FBES deixou a Plenária incumbido de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios⁵ e da Plataforma de Lutas aprovada naquela oportunidade. Outro ponto importante foi o início do processo de interlocução com a SENAES, contribuindo para o intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência. Decidiu-se também pela expansão das atividades ao âmbito estadual, sobre isso acrescenta Singer:

⁵ A Carta de princípios pode ser facilmente consultada no site da FBES. A mesma detalha quais são os pilares e os pontos a serem reforçados dentro da economia solidária, bem como distingue do que não deve ser considerado como constituinte da mesma.

“O FBES descentralizou sua atividade, organizando fóruns estaduais de economia solidária na maioria das unidades da federação. A SENAES organizou visitas a todos os estados, para levar seu programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” tanto às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) como aos fóruns estaduais. Dessa forma, fóruns e DRTs começaram a combinar esforços no fomento e divulgação da economia solidária nos estados. Mais recentemente, cada DRT designou uma funcionária ou funcionário para responder pelas atividades em prol da economia solidária. Esses servidores estão recebendo formação em economia solidária, de forma sistemática, pela SENAES.” (SINGER, 2004, p. 4)

Nesse cenário, ao FBES foi confiado a coordenação, o abastecimento, a comercialização, o trabalho com moeda social, a promoção de rodadas de negócio e campanhas de consumo consciente, a realização de feiras em todos os estados, comércio justo e solidário, a constituição de redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, o trabalho no campo do marco legal (em especial: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho).

Quanto à organização e funcionamento, o FBES é integrado pelos três segmentos do campo da Economia Solidária.

- Empreendimentos Econômicos Solidários, compreendendo organizações coletivas, seus participantes, sendo organizações permanentes, podendo ou não possuir registro legal, tendo como fim a realização de atividades econômicas das mais variadas formas.
- Entidades de assessoria e/ou fomento, são responsáveis por desenvolverem ações na varias modalidades de apoio direto junto aos EES, sejam essas ações de capacitação, pesquisa, assistência técnico-administrativa, etc.
- Gestores públicos, responsáveis pela elaboração, execução, implementação e coordenação das políticas em economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

Em apenas poucos anos, o FBES presenciou expressivo crescimento da Economia Solidária e de sua organização. Se em 2002 as diretrizes da Economia Solidária se manifestavam em apenas cinco estados, em 2006 os Fóruns Estaduais contemplam todos os 27 estados da nação. Contudo, os avanços e a institucionalização, especialmente, através

da criação da SENAES e do Conselho Nacional, requerem definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade.

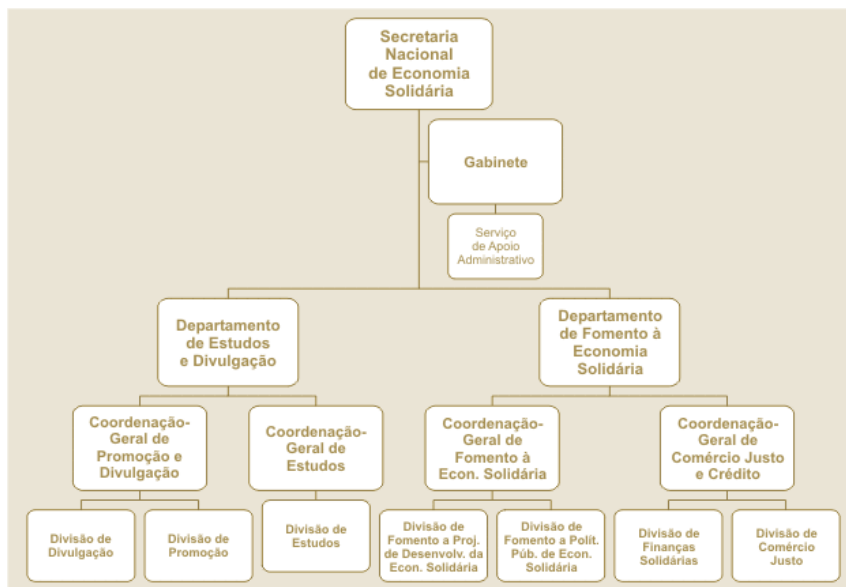
2.3. A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

Segundo as palavras do ministro Jaques Wagner a SENAES visa:

“... estimular iniciativas para a criação de trabalho e renda, como as cooperativas de serviço, a agroindústria familiar e cooperativas de mão-de-obra, como alternativa de combate ao desemprego, à exclusão social e à fome, permitindo que a sociedade batalhe suas próprias formas de superar a exclusão social.” (RUTKOWSKI; LIANZA, 2004, p. 170)

A estrutura da SENAES aprovada de acordo com a Base Legal: Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 e Portaria nº 483 de 15 de setembro de 2004 é:

Figura 1. Organograma SENAES.



Fonte: <http://www.mte.gov.br/institucional/estr_default.asp> acesso em Outubro de 2010.

Segundo o Artigo 18 do mesmo decreto, compete a Secretaria nacional de Economia Solidária:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais; XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Artigo 19. Ao Departamento de Estudos e Divulgação compete:

- I - colaborar com o desenvolvimento e divulgação de pesquisas na área da economia solidária;
- II - articular-se com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, para a promoção de ações de formação no campo da economia solidária;
- III - promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e promoção da economia solidária;
- IV - coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da economia solidária; e
- V - apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária.

Artigo 20. Ao Departamento de Fomento à Economia Solidária compete:

- I - promover ações e elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;
- II - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas de economia solidária;
- III - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante a abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;
- IV - promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e
- V - cooperar com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e outros órgãos de governo para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários.

As ações da Secretaria estão focalizadas em trabalhadores que estão exercendo ou querem exercer atividades econômicas organizadas de forma cooperativa e autogestionária; gestores de políticas públicas e entidades de fomento da economia solidária.

Por tudo isso, a SENAES é de vital importância para o crescimento da Economia Solidária no Brasil, entretanto mesmo sendo um importante ator, a mesma não tem a função de implementação direta dos projetos. Seu foco consiste em viabilizar instrumentos pelos quais o governo federal articularia as várias iniciativas já existentes, estimulando o interesse popular e expandindo o número EES.

2.3.1. Economia Solidária em Desenvolvimento.

No PPA⁶ de 2004-2007 incluí-se programa “*Economia Solidária em Desenvolvimento*”, criado no ano anterior pela SENAES. De forma geral seu intuito é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante a políticas integradas, visando gerar trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (SENAES – MTE, 2005:05).

Seu público alvo é composto de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio à economia solidária (ONG, OSCIP, associações, universidades, incubadoras universitárias), governos municipais, estaduais, trabalhadores e trabalhadoras e interessados em geral. (SENAES – MTE; 2005)

O programa tem uma série de objetivos específicos, segundo o documento “*Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal- 2005*” do MTE, os pontos que se destacam são:

- Mapear e dar visibilidade aos empreendimentos econômicos solidários;
- Qualificação dos indivíduos relacionados a implementação das políticas públicas relacionadas à economia solidária;
- Promover discussões e trocas de experiências entre os EES;
- Promover o fomento da economia solidária, participando de estratégias que diminuam a pobreza e gerem trabalho e renda;
- Consolidar políticas públicas municipais, estaduais e federais voltadas à economia solidária

Esses objetivos estão sendo perseguidos através de uma série de ações e medidas como as seguintes:

⁶ O PPA trata-se do Plano Plurianual, cuja finalidade é estabelecer quais projetos e programas de longa duração um governo realizará, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.

- Apoio a constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária;
- Funcionamento do conselho nacional de economia solidária;
- Fomento a geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária, bem como do consumo ético e comércio justo;
- Promoção da inclusão produtiva e assistência técnica para geração de finanças solidárias;
- Ações de geração e renda para populações carentes;
- Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão.

Durante esse primeiro período o programa foi capaz de fomentar inúmeros empreendimentos solidários, entretanto o acesso a crédito ainda se mostrou precário. No PPA 2008-2011 procurou-se sistematizar melhor os pontos onde agir para diminuir esse problema e avançar ainda mais como política pública federal, bem como continuar com o mapeamento dos EES, ampliando, portanto, a base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.

2.4. O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.

O Conselho Nacional de Economia Solidária foi criado através do mesmo ato legal que instituiu a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Sua função é servir como canal representativo da participação social para a formulação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da economia solidária, sendo suas atribuições a proposição de diretrizes para ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária.

De maneira mais detalhada, ao CNES compete:

- I - estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária;
- II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;
- III - propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;

IV - avaliar o cumprimento dos programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;

V - examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VI - coordenar as atividades relacionadas com a economia solidária desenvolvidas pelas entidades nele representadas com as da Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VII - estimular a formação de novas parcerias entre as entidades nele representadas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VIII - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e

IX - aprovar o seu regimento interno.

Após muitas discussões sobre a composição do Conselho acordou-se em 21 de Junho de 2006 através do Decreto Nº 5.811 que a composição do CNES seria dividida entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidaria e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, num total de 56 integrantes.

Seus integrantes são:

- **Empreendimentos Econômicos Solidários:** representantes da Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária - ANCOSOL; Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão - ANTEAG; Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária - CONCRAB; União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL; União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; e quinze representantes de empreendimentos econômicos solidários indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.
- **Entidades da Sociedade civil;** representadas por: Articulação do Semi-Árido (ASA); SEBRAE; Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); Rede Cerrado; Rede Economia e Feminismo; Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Movimento Nacional Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR; Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

Quilombolas – CONAQ; Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP's; Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária; Cáritas Brasileira; FACES do Brasil - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário; Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares - ABCRED; Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; e Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT.

- **E Governo**, representado por: MTE; SENAES; MDA, MC; MMA; MAPA; MDS; MF; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Aquicultura e Pesca; SEPIR; MIN; MCT; MEC; BNDES; CEF; BB; FONSET; e Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária.

Fica claro que a multiplicidade presente no CNES só vem a colaborar com seu papel estratégico na definição da economia solidária como política pública uma vez que passa a ser um interlocutor entre suas diferentes esferas, ou seja, o Conselho foi capaz de tornar expressiva a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, assim como a integração de ações interministeriais para elaboração dessas políticas.

2.5. A Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES.

2.5.1. I CONAES.

“Nós precisamos pensar o novo mundo, uma nova sociedade, novos valores. Pensar o desenvolvimento a partir das pessoas; pensar o desenvolvimento a partir de novas oportunidades. E a economia solidária faz parte deste processo.”
(ANAIS – CONAES, 2006)

A primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada entre os dias 26 e 29 de junho de 2006, foi de suma importância no que se refere à visibilidade e legitimidade do segmento econômico-solidário brasileiro. A Conferência estimulou a participação efetiva da sociedade no debate e na apresentação de propostas, entre elas, que a Economia Solidária integrasse as estratégias e políticas de desenvolvimento brasileiro.

(CONAES, 2006) Tanto esta conferência quanto os seus processos preparatórios, nos estados, configuraram um importante espaço de formação e difusão da Economia Solidária, além de terem contribuído para a definição de diretrizes que viriam a nortear as políticas públicas de Economia Solidária. (MUNARIM, 2007)

O tema escolhido para essa primeira edição da Conferência foi “*Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento*”, o qual foi dividido em três eixos: I Os Fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; II O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; e III Prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação.

Sobre o primeiro eixo a Conferência entende:

“... a economia solidária como uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento comunitário e que se caracteriza por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da acumulação privada do capital. Como se vê, a resolução contrapõe, desde os fundamentos, a economia solidária ao capitalismo, em função das diferentes opções organizativas, baseadas em valores opostos.” (CONAES, 2006)

E economia solidária reafirma, portanto, a necessidade de uma educação voltada ao espírito de cooperação que a dissocie das atuais práticas capitalistas, onde o desenvolvimento se resume a crescimento econômico como resultado de investimentos privados. Sendo o lucro seu único objetivo, ao gerar desenvolvimento, provoca desigualdades sociais e territoriais, degradação ambiental e desvalorização das culturas locais; efeitos estes inaceitáveis dentro da ótica solidária, que através da promoção de empreendimentos familiares ou coletivos são capazes de levar todos os resultados econômicos, políticos e culturais aos seus participantes, sem nenhum tipo de preconceito. O documento destaca ainda a possibilidade uma construção de uma globalização solidária através de ações estratégicas de comércio justo e intercâmbio de tecnologias entre os países, em especial na América Latina.

No segundo eixo temático, procurou-se apresentar a mudança de objetivo da lógica cooperativista – resistência de artesãos e operários ao avanço do capitalismo industrial no século XIX – para a luta pela melhoria das condições sociais e trabalhistas. Essa mudança incentivou a organização de cooperativas ou associações, redes e cadeias produtivas, as quais buscam uma resposta frente às novas formas de exclusão e exploração.

Destaca-se a participação da SENAES e do FBES, através da organização do Atlas de economia Solidária de 2005, bem como o aumento da articulação política em fóruns municipais, regionais, estaduais e nacional. Segundo a Conferência, o fortalecimento dessas ações transformaram iniciativas isoladas e fragmentadas em partes integrantes de cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento locais e territoriais. Constatou-se também uma convergência de interesses no mínimo interessante relativo ao crescimento de ações da economia solidária que é o resultado do aumento de ações e instituições interessadas em prover apoio às atividades solidárias e do aprofundamento da crise do trabalho. De um lado, a crise aumenta o número de homens e mulheres que necessitam de apoio para se engajar na construção de outra economia; do outro, multiplicam-se entidades dispostas a ajudar nesse propósito.

No último eixo temático é apresentado o maior desafio enfrentado pela economia solidária, o de tornar as atuais políticas de apoio em políticas perenes, através da criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária – FDES, o qual terminaria com a dependência de programas de diferentes governos que venham a se suceder. A Conferência compreende, no entanto, que para a viabilização do mesmo é necessário o engajamento de toda uma sociedade e da compreensão da maioria dos brasileiros que a exclusão social está na base da grande desigualdade que marca nosso país, sendo a economia solidária uma estratégia válida de integração social dessa massa de marginalizados.

O documento destaca que para tanto, algumas prioridades devem ser contempladas, sendo estas muito próximas dos objetivos da própria SENAES. As prioridades são:

- 1) **Comercialização:** Engendrar um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o qual apóie a inserção da economia solidária no mercado interno e que seja capaz de dar proteção nas relações comerciais com o exterior; criar mecanismos de integração de EES e promover a reformulação da Lei de Licitações, visando a inclusão pelo Estado dos bens e serviços advindos da economia solidária.

- 2) **Investimentos em Infraestrutura:** Aumentar os investimentos nesta área, visando aumentar a produção e melhorar a distribuição dos produtos dos EES. Para tanto investimentos em energia elétrica, logística de armazenamento e distribuição, acesso a produtos monopolizados e comunicações são necessários.
- 3) **Saúde do Trabalhador:** integrar a promoção da saúde do trabalhador com a economia solidária, tendo por objetivo minimizar riscos, tornando o mesmo mais saudável e articular ações entre Saúde do Trabalhador e Saúde Mental.
- 4) **Sustentabilidade Ambiental:** Incentivar o manejo sustentável da natureza, o tratamento e reciclagem de resíduos e à agroecologia. Para tanto estabelecer regras relativas à conservação e utilização de recursos genéticos, bem como a proteção de todo tipo de recurso natural da biopirataria devem ser propostas.
- 5) **Institucionalidade e papéis dos Entes Federados na Política de economia solidária:** A viabilização dos pontos acima só será possível se houver uma integração das políticas de ES com outras políticas setoriais; dando às políticas de ES dimensão de políticas de Estado e garantindo o caráter participativo e o controle social dessas políticas que vierem a ser construídas e geridas em conjunto pelo Estado e pela sociedade.
- 6) **Participação e Controle Social:** Participação dos sujeitos sociais e políticos na formulação, desenvolvimento, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas, para aperfeiçoá-las e legitimá-las socialmente; articular os Conselhos Municipais de Economia solidária em redes, fortalecendo sua base local e territorial e o reconhecimento por parte dos governos democráticos da Economia Solidária enquanto sujeito político e de suas especificidades.
- 7) **Finanças Solidárias:** Visando ampliar a visibilidade da economia solidária se faz necessário providenciar o acesso a recursos financeiros com condições especiais que permitam aos EES investir e qualificar seus produtos e serviços. Para tanto uma política pública que contemplates a criação e ampliação de fundos rotativos de crédito solidário, o fortalecimento de instituições de micro crédito com apoio de recursos públicos, a criação de políticas específicas relativas ao acesso a crédito por grupos iniciantes e comunidades de baixa renda, e o acesso a linhas de crédito para que trabalhadores interessados em recuperar empresas falidas possam continuar mantendo suas atividades, é de vital importância em todo o processo.

- 8) **Marco Legal:** A definição de um marco legal visa o reconhecimento da economia solidária pela sociedade no que se refere a um setor social, econômico e estratégico; diferente do setor estatal e privado. O marco legal tem, portanto, a função de estabelecer leis e regulamentações que apresentem de maneira clara e objetiva o que é e o funcionamento da economia solidária, bem como quais recursos podem ser adquiridos junto ao estado.

Seus principais pontos tratam da definição normativa do que é uma empresa de autogestão, uma cooperativa popular e um empreendimento de economia familiar; de uma tributação diferenciada aos EES, levando em consideração escala de produção, número de trabalhadores e a finalidade dos produtos e bens produzidos; a isenção de impostos em ferramentas, máquinas e matérias primas; a alteração da Lei de Licitações (Lei 8.666), permitindo a participação de EES em licitações públicas; a criação de uma nova Lei de Falências estabelecendo as normas para aquisição de empresas falidas por trabalhadores; e o aumento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, evitando fraudes e redução de encargos sociais.

- 9) **Educação:** A promoção de programas e atividades de educação, visando os mais diferentes públicos, é vital para o crescimento da economia solidária como forma legítima de organização de trabalho e renda na sociedade brasileira uma vez que é apenas através da mesma que valores e princípios são criados e enraizados nas pessoas, especialmente no que tange a defesa de diferentes formas de organização social, como as propostas pela ES.

Para fortificar tais idéias é necessária a incorporação de programas sobre a ES nos diversos órgãos públicos responsáveis pelos diferentes níveis de ensino; a formação e capacitação de profissionais junto às universidades, integrantes ou não de EES; o financiamento, com linhas específicas, de pesquisas voltadas a desenvolver metodologias de gestão e de tecnologias apropriadas à realidade dos EES; a realização através do FAT⁷, do Sistema S⁸, bem como de outros

⁷ O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

⁸ O sistema S é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas que tem como objetivo, melhorar e promover o bem estar de seus funcionários, na saúde e no lazer, por exemplo, como também a disponibilizar uma boa educação profissional. As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo.

órgãos públicos de cursos e treinamentos que visem qualificar a gestão de EES; adequação do Sistema S a economia solidária, em especial o SEBRAE; e o estímulo para os trabalhadores que não freqüentaram o ensino fundamental possam ingressar em programas de capacitação e alfabetização de jovens e adultos.

- 10) **Democratização do conhecimento e da tecnologia:** As tecnologias utilizadas devem estar ao alcance de todos, diferente da realidade atual, onde uma minoria detentora de avançadas técnicas se sobressai sobre uma grande maioria. O foco do avanço tecnológico deve ser, portanto, permitir a melhoria do trabalho e do bem-estar de todos envolvidos num empreendimento e não a maximização dos lucros.

As principais demandas nessa área decorrem da promoção de tecnologias apropriadas a qualificação permanente de produtos e serviços da ES, a criação de parceria com universidades para o desenvolvimento de tecnologias adequadas aos processos produtivos da gestão solidária, negociando recursos e projetos junto aos organismos públicos de pesquisa e a difusão, bem como a ampliação da troca de experiências entre os empreendimentos e entidades envolvidos no apoio a ES, principalmente no que tange a inovação.

- 11) **Organização e divulgação:** Somente estabelecendo uma imagem capaz de divulgar o perfil e a identidade dos indivíduos responsáveis por alguma atividade com fundamentação solidária, bem como os valores envolvidos na constituição das mesmas é que o reconhecimento necessário que a ES merece, como alternativa de produção seria alcançado. Para isso canais de comunicação com a sociedade devem ser criados.

As discussões nessa área envolvem a organização de um banco nacional e estadual de materiais de comunicação, como vídeos e cartilhas, por exemplo, sobre as experiências de gestão solidária; da utilização dos veículos de comunicação de massa tradicionais, da concessão de licenças para a operação de canais de TV e rádio comunitárias visando divulgar os EES, do fortalecimento do sistema nacional e estadual de informação e cadastro sobre a ES, com atualização permanente do mapeamento e monitoramento das atividades; da organização e fortalecimento de fóruns municipais, regionais, estaduais e nacional como espaços informais de que participam os EES, bem

como de redes voltadas a ES; a participação em espaços públicos, principalmente no que se trata de políticas públicas, para então articular e negociar alianças para a destinação de fundos a economia solidária e a implantação do CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária.

2.5.2. II CONAES - “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”

A segunda Conferência Nacional de Economia Solidária aconteceu em Brasília nos dias 16 a 18 de Junho de 2010, seu tema era *o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Quatro anos após sua primeira edição, é necessário se realizar um balanço sobre o que já foi realizado e avançar no reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, tendo por base a institucionalização de políticas públicas articuladas a um Sistema Nacional de Economia Solidária. (II CONAES - 2010)

Assim como em sua primeira edição, seu documento final fora dividido em três eixos temáticos:

O primeiro discorre sobre *“Avanços, limites e desafios da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional”*. Aqui a Conferência reconhece os acúmulos organizativos que ocorreram nas políticas públicas nos últimos anos, relatando a posição das mesmas dentro do atual contexto de crise econômica. Expressando esse reconhecimento nas diversas ações de formação, qualificação social e profissional, de incubação, assessoramento técnico e de desenvolvimento local em comunidades rurais e urbanas. Relata avanços no fomento à produção e comercialização solidárias, nas Redes de Cooperação de produção, comercialização e consumo, bem como o desenvolvimento das Finanças Solidárias através de iniciativas de apoio aos Bancos e Fundos Solidários, além da exprimir a importância da expansão de políticas públicas em governos estaduais e municipais.

Apesar de todos os avanços, ainda é cedo para celebrar, uma vez que as políticas públicas existentes ainda são limitadas e de pouca abrangência. Existe, ainda, uma barreira relativa ao acesso de recursos financeiros e de estrutura institucional, que favorecem a fragmentação das políticas, bem como o acesso a financiamentos aos EES.

O segundo eixo temático discute “*Direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento*”. Nesse ponto a Conferência entende que para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário é necessário o reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, ou seja, direito dos trabalhadores às condições socialmente necessárias de produção. Exalta o direito a maior participação e de adequação de políticas e ações a economia solidária, bem como define critérios para a ação de tais políticas. Visa à constituição de uma política nacional de economia solidária e define pontos estratégicos para a articulação da mesma.

Por fim, o último eixo temático discorre sobre “*A organização do Sistema Nacional de Economia Solidária*”. É de entendimento da Conferência que é necessário a criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária – SINAIS, que articularia as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil em suas diferentes esferas participativas, promovendo a intersectorialidade e a integração entre as diferentes políticas que dialoguem com a economia solidária. Para sua viabilização é imprescindível a constituição imediata do Marco Legal da Economia Solidária no país, bem como a criação do Fundo Nacional de Economia Solidária – FNAES, como instrumento de financiamento das Políticas Públicas de Economia Solidária e de fortalecimento dos EES. A condução de todo esse processo seria feito por um ministério específico, o Ministério da Economia Solidária, cabendo o gerenciamento do processo de transição a SENAES.

2.6. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.

O SIES começou a tomar forma em 2003 através da ação da SENAES e do FBES, que assumiram em conjunto a tarefa de promover um mapeamento da economia solidária no Brasil. Através dessa iniciativa pioneira pretende-se identificar e caracterizar os EES e as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária.

Entre seus objetivos está (MTE – SIES, 2008):

- Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária;
- Fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidaria através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização;

- Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- Subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária;
- Subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária.

A gestão do SIES foi desenhada de forma participativa, envolvendo os diversos atores da economia solidária de forma que contemple algumas diretrizes como o acesso universal de organizações, sem necessidade de experiência ou conhecimento; a participação dos principais atores da economia solidária e a confiabilidade nas informações que orientam todo o processo de mapeamento, uma vez que este é um instrumento de fortalecimento dos fóruns de economia solidária.

Sua coordenação nacional é responsabilidade da SENAES, por meio de seu Departamento de Estudos e Divulgação. O desenvolvimento e suporte ao sistema é feito pela Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho e Emprego – CGI/MTE.

Compete a Comissão Gestora Nacional – CGN o desenvolvimento de instrumentos de coleta e análise das informações, a definição de procedimentos e normas para a coleta desses dados e a análise dos resultados e difusão das informações.

As Comissões Gestoras Estaduais – CGE's são formadas pelo MTE através de suas Superintendências Regionais do Trabalho, representantes de fóruns estaduais, universidades, movimentos sociais e outros órgãos governamentais. Seus objetivos são contribuir no planejamento da coleta de dados para o Sistema, bem como analisar os questionários para inserção no mesmo.

Por fim, as Coordenações Técnicas Estaduais – CTE's são responsáveis pela coleta de dados e alimentação do banco de dados sendo feitas por universidades ou instituições de apoio ao fomento da economia solidária.

A constituição, bem como o processo de realimentação do Sistema é dividida em sete fases, sendo estas (ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2005 – 2007, 2008):

- Pré-listagem de EES por meio de mecanismo de autodeclaração na página do SIES na internet e outras fontes de informações;
- Capacitação de Equipes Técnicas Estaduais (pessoal de entrevista, coordenação de pesquisa, supervisão de campo e digitação)
- Visita aos EES para coleta de dados com aplicação de questionários;

- Revisão do questionário para validação com a participação das CGE's;
- Alimentação da base de dados (*online*);
- Análise da consistência e tratamento da base de dados;
- Divulgação dos resultados

Através de todo o esforço despendido por cerca de 27 CGE's e mais de 600 pessoas envolvidas nos CTE's regionais e estaduais pôde-se fazer um primeiro levantamento sobre a real situação dos EES no Brasil. Todo esse trabalho resultou nos “*Atlas de Economia Solidária 2005 e 2007*”⁹.

2.7. Políticas Públicas, Ações e Projetos Implementados.

Desde a criação da SENAES e mais posteriormente através da realização da I CONAES muito se discutiu sobre a criação de políticas públicas adequadas a economia solidária. O diálogo entre o Governo Federal e suas entidades representativas mostrou-se o principal canal de fundamentação para os diversos programas, projetos e ações que já foram ou serão implementados.

Segundo o documento “*Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil*” da I CONAES – 2006 as principais ações até então seriam as seguintes:

- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária: o SIES é coordenado pela SENAES, sendo o responsável pelo mapeamento dos EES. O mesmo receberá atenção especial durante este trabalho.
- Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário*: SCJS é um sistema ordenado de parâmetros que visam promover relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus parceiros colaboradores em todo o território brasileiro.
- Articulação da política da Economia Solidária com o sistema público de emprego.

⁹ Ambas edições do Atlas de Economia Solidária não constam com os dados de todo o território nacional, sendo apenas referente a uma parcela do mesmo, levando em consideração as cooperativas que responderam ao chamado da SENAES.

- Centros públicos de Economia Solidária: espaços locais com gestão compartilhada entre governo e sociedade civil para a estruturação de discussões e iniciativas que apontem para a articulação em rede dos atores da Economia Solidária.
- Mapeamento da oferta organizada da agricultura familiar: Através de uma articulação interministerial, buscas-se um panorama da agricultura familiar que seja base para definir ações de capacitação, assessoria e formas de apoio as organizações representadas.
- Ação de Promoção do Comércio Justo e Consumo Responsável: Iniciativa da SENAES que visa fomentar práticas de comércio e consumo solidários em todo o Brasil.
- Centrais de Comercialização: Espaços destinados a troca de experiências, estudo e debate; informação e formação, exposição de produtos, possibilitando aos produtores fazer negócios (compra e venda), com gestão e administração pelos empreendimentos.
- Programa de Fomento a Feiras: Visa à elaboração de um calendário de feiras. Essas feiras teriam como objetivo dar visibilidade ao movimento e aos conceitos de Economia Solidária para o cidadão comum, devendo se articular à campanha nacional “Economia Solidária: Outra Economia Acontece”; promover formação em Economia Solidária para os próprios empreendimentos solidários envolvidos e o público em geral; e proporcionar um espaço de comercialização dos produtos da Economia Solidária.
- Semana Nacional da Economia Solidária: com manifestações em todos os âmbitos (local, estadual e nacional) divulgaria ainda mais o movimento.

Outras propostas discutidas e passíveis de implantação segundo o documento são:

- Fundo Nacional da Economia Solidária. Composto de recursos de diferentes fontes, para atender diferentes formas de finanças solidárias. O Fundo deve ser descentralizado, para promover o desenvolvimento local, com a participação dos Fóruns Locais.
- Formalização e Inclusão Social de Empreendedores de Baixa Renda (Trabalho Informal): Através da formalização se permitiria o acesso a linhas

de crédito, benefícios de políticas públicas voltados à atividade econômica formal e acesso ao comércio regular entre empresas.

- Campanha Nacional de divulgação da Ecosol: divulgação da Economia Solidária em todo tipo de mídia.
- Portal Público de Economia Solidária – catálogo online dos produtos e serviços da economia solidária, facilitando a comercialização e a articulação entre produtores e consumidores.
- IBGE: Inclusão de variáveis e indicadores de interesse da economia solidária nas suas pesquisas.

No que refere a Segurança Alimentar, a Economia Solidária pode explorar inúmeros programas como:

- Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad: reúne um conjunto de municípios em instâncias deliberativas compostas por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público, esses consórcios definem um Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado, que pode estar baseado em uma opção estratégica pela Economia Solidária.
- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Através desse programa abre-se a possibilidade da compra, pelo Governo Federal, de parte da produção dos agricultores familiares (pouco mais de R\$ 3 mil anuais). Esses produtos seriam utilizados em várias ações de segurança alimentar. Igualmente nesse âmbito, há um espaço aberto que pode favorecer as organizações de economia solidária e articulação campo-cidade.
- Bolsa Família: O maior Programa de transferência de renda do país beneficia cerca de 13 milhões de famílias, sendo repassado mensalmente cerca de 1.22 bilhões de reais (MDS, 2011) a famílias carentes. A organização de iniciativas solidárias de consumo e de produção com a população beneficiária do Bolsa Família pode ter um impacto significativo, uma vez que mobilizaria um número enorme de pessoas, movimentando uma quantidade muito grande de dinheiro.
- Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF: é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Somente nos dois

primeiros meses de 2011 investiu-se cerca de 82 milhões de reais no programa. Esses recursos podem ser utilizados para a ativação do comércio e produção local solidária.

- Inclusão Produtiva: programa de geração de renda no Fome Zero na perspectiva da Economia Solidária cujos recursos em 2005 giraram em torno de R\$ 27 milhões.

2.8. O Crescimento dos Empreendimentos em Economia Solidária.

O quadro abaixo ilustra o crescimento dos EES, de 2005 a 2007, em todo país, registrado pelo SIES e disponibilizado através do Atlas de Economia Solidária dos respectivos anos.

Tabela 2 – A evolução dos EES.

UF	2005				2007				Variações	
	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios Total de municípios	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios Total de municípios	Variação Nº de EES	Variação % Municípios Total de municípios
RO	240	1,60%	40	75%	293	1,30%	40	77%	22,08%	0,00%
AC	403	2,70%	20	87%	543	2,50%	21	95%	34,74%	5,00%
AM	304	2,00%	32	51%	461	2,10%	44	71%	51,64%	37,50%
RR	73	0,50%	14	88%	126	0,60%	15	100%	72,60%	7,14%
PA	361	2,40%	51	35%	574	2,60%	86	60%	59,00%	68,63%
AP	103	0,70%	13	76%	157	0,70%	14	88%	52,43%	7,69%
TO	400	2,70%	84	60%	502	2,30%	92	66%	25,50%	9,52%
NORTE	1.884	13%	254	56%	2656	12%	312	69%	40,98%	22,83%
MA	567	3,80%	73	33%	793	3,60%	86	40%	39,86%	17,81%
PI	1.066	7,10%	83	37%	1472	6,70%	158	71%	38,09%	90,36%
CE	1.249	8,40%	134	72%	1854	8,50%	173	94%	48,44%	29,10%
RN	549	3,70%	77	46%	817	3,70%	106	63%	48,82%	37,66%
PB	446	3,00%	101	45%	670	3,10%	129	58%	50,22%	27,72%
PE	1.004	6,70%	129	69%	1526	7,00%	185	100%	51,99%	43,41%
AL	205	1,40%	48	47%	284	1,30%	59	58%	38,54%	22,92%
SE	367	2,50%	63	83%	471	2,20%	68	91%	28,34%	7,94%
BA	1.096	7,30%	153	37%	1611	7,40%	210	50%	46,99%	37,25%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%	9498	43,50%	1174	65%	45,03%	36,35%
MG	521	3,50%	101	12%	1236	5,70%	199	23%	137,24%	97,03%
ES	259	1,70%	59	75%	520	2,40%	75	96%	100,77%	27,12%
RJ	723	4,80%	82	88%	1343	6,10%	87	95%	85,75%	6,10%
SP	641	4,30%	147	23%	813	3,70%	174	27%	26,83%	18,37%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%	3912	18%	535	32%	82,46%	37,53%
PR	527	3,50%	109	27%	808	3,70%	143	36%	53,32%	31,19%
SC	431	2,90%	133	45%	690	3,20%	175	60%	60,09%	31,58%
RS	1.634	10,90%	270	54%	2085	9,50%	303	61%	27,60%	12,22%
SUL	2.592	17%	512	43%	3583	16,50%	621	52%	38,23%	21,29%
MS	234	1,60%	25	32%	340	1,60%	42	54%	45,30%	68,00%
MT	543	3,60%	91	65%	747	3,40%	95	67%	37,57%	4,40%
GO	667	4,50%	127	51%	737	3,40%	139	57%	10,49%	9,45%
DF	341	2,30%	15	83%	386	1,80%	15	83%	13,20%	0,00%
C.O.	1.785	12%	258	53%	2210	10%	291	60%	23,81%	12,79%
TOTAL	14.954	100,00%	2274	41%	21859	100,00%	2933	53%	46,17%	28,98%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Atlas de Economia Solidária dos anos de 2005 e 2007.

Em 2005, foram identificados 14.954 EES em 2274 municípios, correspondendo a 41% do território nacional. Analisando sua distribuição espacial, a maior concentração dos empreendimentos se dá na região Nordeste, com 44%, estando o restante distribuído entre

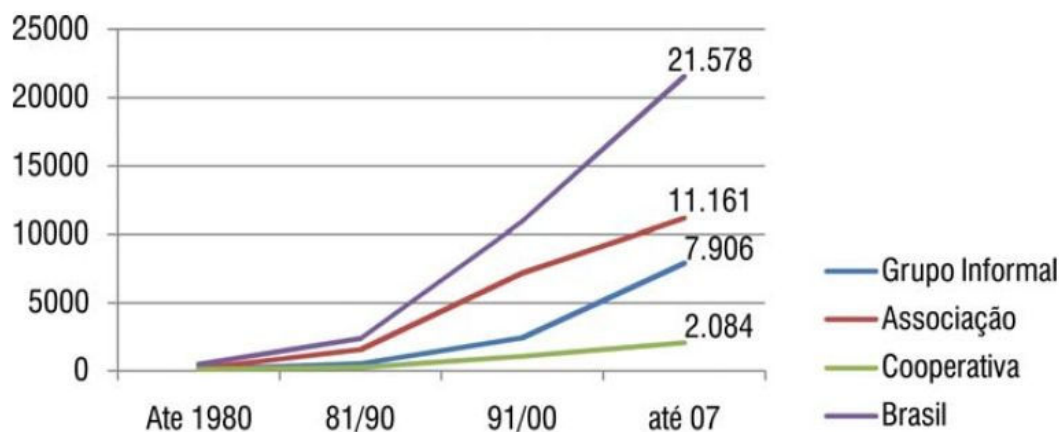
as outras regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 17% na região Sul e 12% na região Centro-Oeste.

No ano de 2007, o número de EES subiu para 21859, estando presentes em 2933 municípios, cerca de 53% do território nacional. Esse crescimento implicou em uma variação de 46,17% do número de empreendimentos e de 28,98% de cidades atendidas. Sua distribuição regional não sofreu grandes alterações, sendo 43,5% na região Nordeste, 12% na região Norte, 18% na região Sudeste, 16,5% na região Sul e 10 % na região Centro-Oeste.

2.8.1. A Trajetória dos EES.

No que se refere à organização, os EES são distribuídos em cooperativas, associações, grupos informais e outros (Sociedades Mercantis etc.). O perfil brasileiro* não se alterou durante o tempo dos mapeamentos, apresentando em 2007, sua maioria organizada em associações (52%), seguida dos Grupos Informais (36,5%), Organizações Cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%). As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste continuam seguindo o perfil nacional, bem como as regiões Sul e Sudeste continuam a apresentar maior proporção de Grupos Informais, possivelmente por conta dos movimentos migratórios para essas regiões.

Gráfico 2 – Evolução Histórica do Número de EES.

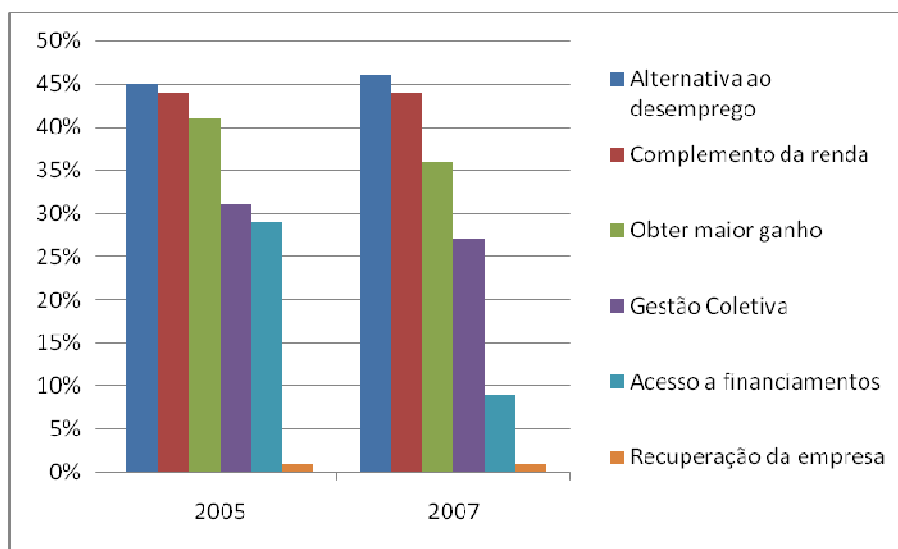


Fonte: Atlas de Economia Solidária 2007.

O Gráfico X mostra como a economia solidária evoluiu com o passar dos anos, ganhando maior expressão a partir dos anos 80. Quanto à forma de organização, o destaque fica por conta dos Grupos Informais que, na década de 90, apresentam uma taxa de crescimento mais elevada.

Para tentar entender o porquê dessa dinâmica de crescimento, investigaremos os motivos que levam os indivíduos a se associarem. Os principais motivos para tanto são: Alternativa ao desemprego, complemento de renda, obtenção de maiores ganhos, oportunidade de gestão coletiva, acesso a crédito e recuperação de empresas.

Gráfico 3 – Motivos de Criação dos EES.



Fonte: Elaboração própria baseado no Atlas de Economia Solidária 2005 e 2007.

Fica claro o caráter inclusivo da economia solidária, uma vez que os três principais motivos se referem à melhoria da situação econômica dos indivíduos participantes. Chama a atenção a queda do interesse em se criar um EES para facilitar o acesso a crédito em 2007, possivelmente devido às novas diretrizes do governo Lula em relação às microfinanças e ao acesso ao microcrédito se fazerem mais sentidas. Sobre isso acrescenta BARONE & SADER:

“Incluir uma grande massa de pessoas no sistema financeiro nacional passou a ser a tônica principal das políticas públicas de acesso ao crédito nesse período. Nos oito anos do governo anterior (FHC), o microcrédito era entendido como um crédito produtivo, capaz de alavancar renda. Neste governo, o conceito de

microcrédito foi expandido para crédito de pequeno valor, produtivo ou não, (...), capaz de gerar renda (BARONE & SADER, 2008).”

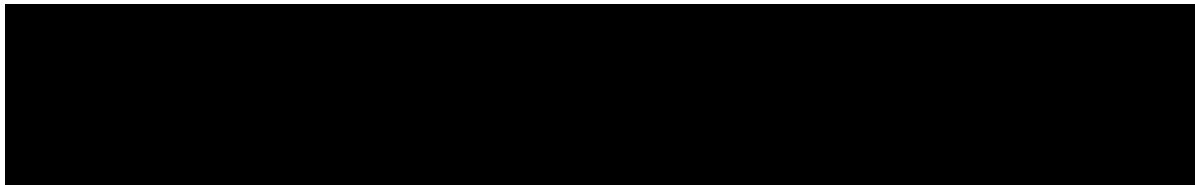
ALVES & SOARES acrescentam:

“Embora o Brasil apresente um número expressivo de cidadãos sem acesso a conta bancária, a quantidade dessas contas tem crescido mais que a população. A rede bancária registrou, de 2001 a 2007, um aumento de 57,5% no número de contas correntes, evoluindo de 43,3 milhões para 62,8 milhões. No mesmo período, o número de contas poupança cresceu 39%, passando de 51,2 milhões, em 2001, para 71,2 milhões, em 2007 (ALVES & SOARES, 2006).”

Apesar dessas medidas, os empreendimentos em economia solidária obtêm a maior parte de seus recursos dos próprios associados (65%), seguido por doações (22%) e somente depois pelo crédito (13%), isso em 2007.

Quanto ao número e gênero dos integrantes dos EES, a tabela abaixo dispõe de forma clara e objetiva a evolução nos mesmos.

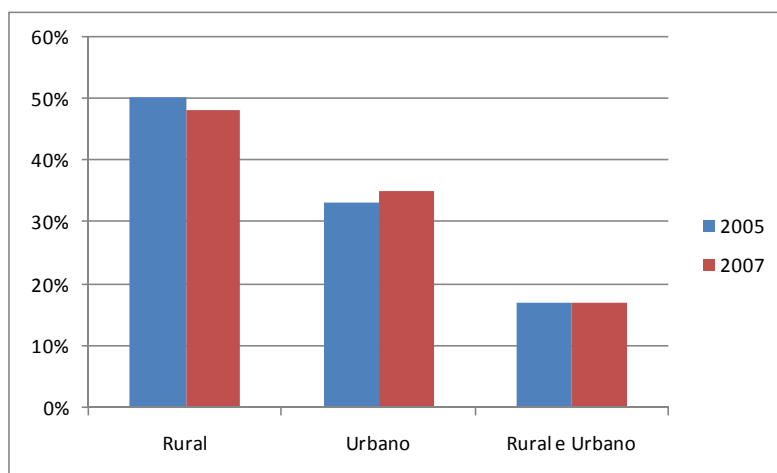
Tabela 3 – Participantes dos EES.



Fonte: Elaboração própria baseado no Atlas de Economia Solidária 2005 e 2007.

Ao expressivo aumento do número de integrantes diretos dos empreendimentos, de quase 35%, soma-se cerca de 28 mil outros trabalhadores que colaboram de alguma forma com os EES. A predominância dos indivíduos se dá no meio rural, onde também se apresenta o maior crescimento no número de trabalhadores. Por fim, apesar do crescimento percentual de mulheres ser maior que o dos homens, estas ainda são minoria entre os associados.

Gráfico 4 – Distribuição dos indivíduos por área de atuação.



Fonte: Elaboração própria baseado no Atlas de Economia Solidária 2005 e 2007.

A grande maioria dos EES ainda atuam na área rural, com cerca de 48% na última pesquisa, mostrando uma pequena queda aos dados anteriores. Essa queda refletiu em um pequeno aumento na área estritamente urbana. Nesse ponto cabe destacar que as regiões Sul e Sudeste apresentam uma dinâmica diferente do verificado no restante do país, uma vez que essas apresentam o setor urbano como o mais expressivo. O Sudeste apresenta 60% dos indivíduos em atividades urbanas e apenas 26% em atividades no campo, com 14% em atividades mistas. O Sul segue esse padrão com 41% na região urbana, entretanto as atividades rurais apresentam uma expressão bem mais significativa, com 36% das pessoas no campo e 23% em atividades mistas. Essa maior expressão do campo se deve as muitas iniciativas de agricultura familiar e as organizações de fomento a economia solidária presentes no estado.

2.8.2 Atividades Comerciais e Resultados Financeiros.

Os resultados finais das atividades solidárias são os mais diversos, entretanto algumas categorias se sobressaem como os produtos relativos à agropecuária, extrativismo e pesca; alimentos e bebidas; e confecção de produtos artesanais, que são os principais responsáveis pelo valor movimentado dentro dos EES. Juntam-se a esses as têxteis e confecções; e prestadores de serviços.

Durante o período estudado, não houve uma grande alteração na proporção dos bens mais expressivos produzidos nesses EES, salvando-se apenas um pequeno incremento na produção de artesanatos que foi de 13% em 2005 para 17% em 2007. As atividades rurais passaram de 42% para 41% e alimentos de 18,3% para 17%.

No que diz respeito à renda gerada pelos EES, verifica-se que o faturamento mensal dos mesmos que chegaram a declará-lo – cerca de 69% – em 2005 foi de R\$ 491.451.037,00, possibilitando uma renda média por EES de R\$ 32.864,18 e per capita de R\$ 392,57, onde as três grandes categorias movimentaram quase 83% de todo o valor gerado mensalmente num total de R\$ 407.904.360,71. Em 2007, em virtude da manutenção do caráter produtivo dos empreendimentos não houve grandes alterações percentuais, sendo que nesse ano gerou-se R\$ 663.029.449,45 – 69,1% informaram os ganhos –, implicando em uma renda mensal por EES de R\$ 30332,10 e per capita de 393,80, mostrando que a produtividade não acompanhou o crescimento dos EES e uma estabilidade na renda por sócio.

Apesar dos resultados mostrados é necessário compreender que o mesmo só pôde ser alcançado devido à influência de programas de financiamento do governo. No caso da Economia Solidária, a maior parte da renda está concentrada no meio rural e dessa forma boa parte das cooperativas possuem crédito de alguma das faixas/grupos do PRONAF¹⁰. Podemos observar essa influência quando se observa o número de contratos e o valor repassado para as cooperativas nos anos de 2005 e 2007, onde se passa de um valor anual de R\$ 4,2 bi com cerca de 4113 contratos para R\$ 7 bi e 7306 contratos. Reforço aqui que o total gerado de renda mostrado em ambos Atlas de Economia Solidária se refere apenas uma parte do total de cooperativas existentes no território nacional e dessas catalogadas menos de 70% declararam seus rendimentos.

Dos 14954 EES apenas 8870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios, destes 50% apresentaram remuneração de até meio salário mínimo (SM)* e 26% de meio a um SM. Cerca de 15% de um a dois SMs, 7% dois a cinco e o restante (2%) mais que cinco SMs. Em 2007, 59% dos EES informou a remuneração dos sócios. Verificou-se que a adesão pouco se alteou, entretanto houve uma significativa melhora na remuneração, com a diminuição do pior quintil e aumento das três classes intermediárias. Cerca de 38%

¹⁰ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

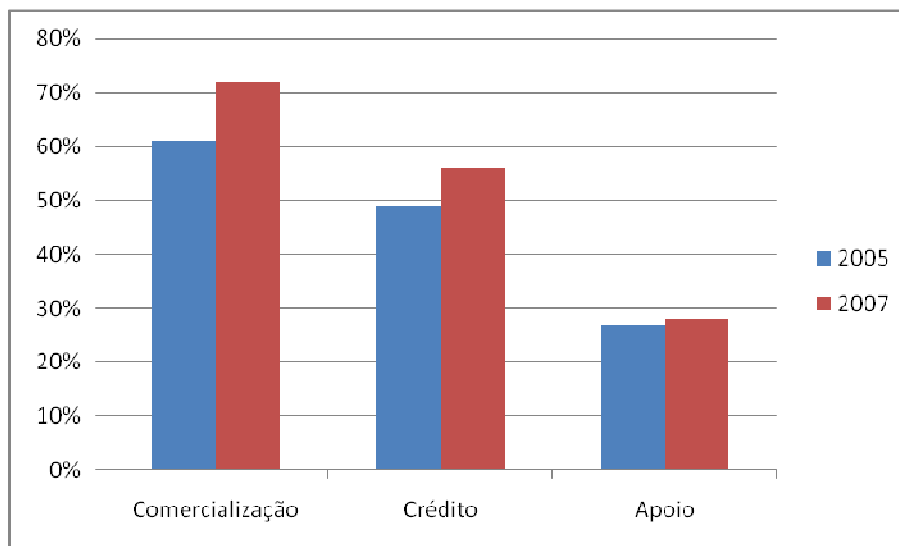
apresentaram até meio SM, 24% de meio a um SM, 26% de um a dois SMs, 10 % de dois a cinco SMs e 2% mais que cinco SMs. Lembro aqui que esses resultados devem ser analisado a luz dos motivos de criação dos EES, onde predomina a alternativa ao desemprego e o complemento da renda.

Diante de todo esse panorama os EES têm se mostrado rentáveis, uma vez que foi declarado que 38% dos mesmos apresentam sobras e 33% foram capazes de honrar suas despesas. Cerca de 16% relataram prejuízos e o restante, 13% não foram organizadas visando o lucro. No período seguinte quase nada mudou, com 38% com sobras, 34% pagaram suas despesas, 15% apresentaram prejuízos e 13% não buscam lucro ou não informaram.

Quanto aos mercados atendidos por seus produtos, a grande maioria da produção abastece mercados comunitários, municipais e microrregionais, praticamente inexistindo transações com outros países. Essa dinâmica se verificou ao longo dos dois mapeamentos.

Por fim, apesar de todas as medidas de divulgação, capacitação, desenvolvimento de medidas de finanças solidárias e de facilitação do crédito, as dificuldades nas áreas de comercialização, acesso ao crédito e mesmo apoio técnico em nada diminuíram nesse período, ao contrário, aumentaram.

Gráfico 5 – Dificuldades enfrentadas pelos EES.



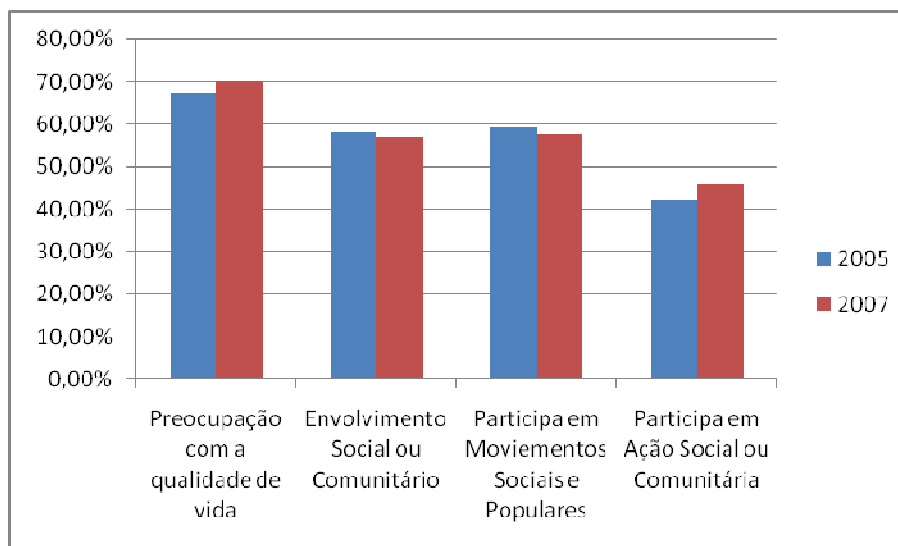
Fonte: Elaboração própria baseado no Atlas de Economia Solidária 2005 e 2007.

2.8.3. Participação, compromisso e melhoria na qualidade de vida e Meio Ambiente.

Para avaliar o engajamento dos sócios com o empreendimento do qual participam verifica-se a periodicidade em que se dão suas reuniões, bem como os motivos das mesmas.

Em 2005, 79% dos EES afirmaram realizar assembléias trimestralmente, sendo que 49,2% se reuniam mensalmente. Já em 2007 o índice dos sócios que se reuniam a cada três meses caiu para 73,6% e mensalmente para 48,2%. Suas motivações são, em geral, decisões cotidianas e sobre a escolha da direção, sendo as principais: Decisões cotidianas, prestação de contas, eleição da diretoria, acesso aos registros e informações, destinação das sobras e fundos, plano de trabalho, contratações e remunerações. Verificou-se também a manutenção do percentual dos meios de acesso, pesquisa e intervenção dos sócios nos EES que é de mais de 60% ao fim de 2007.

Gráfico 6 – Compromisso e participação dos EES no Brasil.



Fonte: Elaboração própria baseado no Atlas de Economia Solidária 2005 e 2007.

A tabela acima ilustra a forte influência que os diferentes movimentos sociais possuem dentro dos EES, mesmo sua participação tendo diminuído nesse período eles ainda estão presentes em mais de 50% dos EES analisados. A preocupação principal ainda é a melhoria da qualidade de vida, alcançando 70% dos EES.

No que concerne a qualidade de vida e a preocupação com o Meio Ambiente, as pesquisas mostraram uma dualidade, onde percentualmente houve uma leve queda de 2,1% (4280 em 2005 e 5784 em 2007) dos EES que revelaram oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos e uma expressiva melhora dos que afirmaram reaproveitar resíduos, na casa dos 26,4%, com 4754 em 2005 e 12729 em 2007.

2.8.4. Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária – EAFs.

As duas pesquisas identificaram 1120 EAFs, as quais se apresentam territorialmente distribuídas de forma semelhante à concentração de EES, com o maior registro ocorrendo novamente na região Nordeste que responde por 51% das mesmas.

Quanto à abrangência dessas EAFs, verificou-se que em 2005 que 37% apresentam foco municipal, 20% intermunicipal, 28% estadual, 5% interestadual e 10% nacional. Em 2007 ocorre uma mudança com 60% municipal, 12% intermunicipal, 19% estadual, 7% interestadual e 12% nacional. Essa dinâmica parece demonstrar uma falta de articulação no desenvolvimento solidário, entretanto lembro aqui que as EAFs expandiram sua atuação nesse tempo, cobrindo mais que uma única área. O fato novo apresentado aqui é uma tendência a construção e organização dos EES “por baixo”, ilustrando o seu caráter inclusivo como forma de promover desenvolvimento.

No que compete a forma de organização das próprias EAFs, as Organizações Não Governamentais (ONGs) com natureza jurídica de associação respondem por 46%, seguido das Fundações (13%) e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) com 12% do total. Relatou-se ainda que 43,5% não possuem vínculos com outras organizações sociais e políticas. Entretanto a influência religiosa é de 24% e sindical de 11,7%. Já em 2007 as ONGs abrangem 27%, as Fundações 12% e a Oscips 8% do total, revelando uma queda que ocorreu devido ao incremento em outras formas organizativas como as Organizações Sociais. Do total de organizações 38% não apresentam vínculos com outras organizações e políticas, apesar de demonstrar um crescimento relativo da influência sindical, que agora é maior que a religiosa com 20% contra 17% da última.

Para finalizar, as atividades realizadas mais relevantes não se alteraram, entretanto aumentaram muito percentualmente, passando as ações de formação a se estender de 39,5% a 54,5% e articulação/mobilização de 34,7% a 54,5%.

3. AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS POPULARES: A INCOOP/NUMI-ECOSOL E A COOPERLIMP.

Em meados da década de 90 iniciou-se, em algumas universidades brasileiras, a criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), visando assessorar grupos na formação de cooperativas, geralmente constituído de pessoas provenientes de setores socialmente excluídos, simultaneamente à produção de conhecimento e formação de estudantes e profissionais.

Assumindo o papel de assessora, a incubadora concebe a cooperativa, em trabalho conjunto com as pessoas interessadas na sua formação, permanecendo esta vinculada a incubadora até o momento em que os cooperados tenham adquirido autonomia do processo e possam atuar no mercado independentemente de qualquer supervisão.

Dentro da Economia Solidária, a cooperativa destaca-se como o modo mais fiel aos princípios constituintes da primeira, uma vez que essa trata de um grupo de pessoas associadas em prol da realização de um objetivo comum em um espaço onde todas as decisões referentes ao mesmo, bem como suas conseqüências são tomadas e aceitas de forma democrática e igualitária.

O processo de incubação consiste em um acompanhamento sistemático e rotineiro dos grupos que estão se movimentando para se consolidar como um empreendimento coletivo e autogestionário. Por ser um processo onde a participação dos cooperados e da incubadora têm papel fundamental para o sucesso da cooperativa é indispensável que aliada a geração de trabalho e renda seja concebida a educação dos envolvidos de forma a transformá-los em seres capazes de transformar a realidade social, ou seja, da mesma forma que espera-se que o grupo técnico envolvido na proposta de incubação siga os princípios do conhecimento científico, a população participante das cooperativas incubadas deve também realizar atividades onde seus conhecimentos adquiridos sejam reafirmados, fortalecendo os pilares da cultura de autonomia e auto-gestão do próprio trabalho, para que assim a “desincubação” possa ser atingida como objetivo final.

3.1. A INCOOP/NUMI-ECOSOL

A INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares foi criada no final da década de 1990 na UFSCar, sendo esta um Programa de Extensão vinculado

diretamente a Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, que tem por finalidade a incubação de empreendimentos econômicos coletivos e autogestionários, com a perspectiva de promoção da Economia solidária.

São objetivos da INCOOP:

- Incentivar a constituição de empreendimentos de Economia Solidária e sua integração em rede;
- Produzir, disseminar e transferir conhecimentos sobre cooperativismo, autogestão e Economia Solidária;
- Capacitar formadores para atuar na incubação de empreendimentos solidários;
- Promover educação, inclusão social e o desenvolvimento humano de populações historicamente excluídas.

Atualmente a INCOOP conta com docentes de diferentes departamentos da UFSCar para a realização de suas atividades e tem o apoio de pesquisadores e docentes vinculados a outras instituições universitárias. Devido a toda experiência acumulada ao longo dos anos e dos diferentes departamentos envolvidos no estudo dentro da Economia Solidária que em Junho de 2011 foi constituído um termo de referência visando à implantação de um Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMi-EcoSol), o qual objetiva institucionalizar e dar estabilidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão relativos à Economia Solidária, sendo este o atual “sucessor” da INCOOP.

Os projetos de incubação integram o corpo docente ao discente, abrindo a oportunidade dos alunos lidarem com as diferentes facetas da realidade social, sendo uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de habilidades profissionais e de produção de conhecimento. Devido a essa interação entre os diferentes agentes presentes na incubadora que a mesma tem conseguido ampliar as possibilidades de produção de conhecimento, bem como à formação de estudantes e profissionais em processos de incubação de cooperativas populares no âmbito da Economia Solidária.

A viabilização dos projetos de incubação e pesquisa desenvolvidos pela INCOOP dependem de financiamentos obtidos de vários órgãos de fomento como CNPq, FINEP, PRONINC, FAPESP, PROEXT, parcerias com iniciativa privada e governos municipais. De 2007 a 2010, a incubadora captou quase R\$ 2 milhões de reais em cerca de 13 projetos (Termo de Referência NUMI-EcoSol, p 24-28). Estes projetos visam atender um território

definido a partir dos empreendimentos que a incubadora tem assessorado, em conjunto com políticas setoriais, como saúde, educação, habitação, saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio do trabalho coletivo e práticas de cooperação. Em São Carlos o território alvo abrange os bairros Jardim Gonzaga e Jardim Monte Carlo.

A INCOOP, através de seus empreendimentos, atinge mais de 250 famílias do Município de São Carlos que vivem no chamado bolsão de pobreza. Para tanto, a incubadora utiliza de um método de pesquisa participativa onde é proposta uma motivação a um potencial grupo formador de uma cooperativa e, em seguida, o fortalecimento da cooperativa no mercado, procurando formas de trabalho coletivo que o grupo possa desenvolver e nas quais a equipe técnica possa auxiliar.

Para a coleta de dados, a INCOOP se vale de diversas técnicas, tais como entrevistas, análise de documentos, dinâmicas de grupo, questionários, observação participante, dentre outras. A partir desse ponto abrem-se caminhos para alterar uma situação diagnosticada, sendo o mapeamento uma das técnicas mais comuns de uso interno da incubadora.

Segundo GALLO, na pesquisa participativa, implantada pela INCOOP, são previstos os seguintes passos (2003, p. 131).

- Existência de uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada para os grupos estudados;
- Dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma de ação concreta;
- O objetivo de investigação não é constituído somente pelas pessoas, mas também pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação;
- O objetivo da pesquisa consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada;
- Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- A pesquisa não se limita a uma forma de ação, pretende que se aumente o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

O método detalhado geral pode ser observado no Anexo I, onde são descritas nove etapas principais que se desdobram 43 diferentes ações, entretanto deve-se levar em consideração as especificidades de cada caso incubado.

A metodologia de incubação busca entrar em sintonia com a realidade de cada grupo, levando o histórico de cada um em consideração, para desse modo, propiciar um caminho alternativo de inclusão econômica e social através do trabalho em equipe. Para a INCOOP o processo de incubação só tem início após a apresentação dos princípios do movimento cooperativista, uma vez que a mesma busca que a experiência da cooperativa estenda-se as outras atividades do dia-a-dia da comunidade.

De acordo com GALLO (2003, p. 136) o processo só se torna mais eficiente quando a técnica utilizada é a aprendizagem pela ação, uma vez que a mesma necessita de constante avaliação, monitoramento e análise das relações, de ações e resultados obtidos entre as equipes da INCOOP e os grupos incubados, que propõem não só alternativas e planejando conjuntamente, mas também as direções a serem tomadas diante do cenário que se configura.

O objetivo final da incubação não é apenas a inserção da cooperativa no mercado de trabalho, mas sim que a sua existência seja viável e duradoura, passando por uma construção do sujeito coletivo, desse modo a cooperativa só se torna mais efetiva quando seus integrantes tem consciência que agora fazem parte de uma relação coletiva, por isso, é necessário que os cooperados participem ativamente de todo o planejamento, controlando todas as fases do processo que dará concretude às suas aspirações de reinserção no mundo do trabalho (DAKUZAKU; GALLO; EID, 2000).

Para compreender como a incubadora busca envolver um grupo alvo em projeto, como a metodologia é posta a prova e quais as respostas dos indivíduos perante as situações enfrentadas no dia-a-dia da nova cooperativa, a sessão seguinte analisará um dos empreendimentos incubados pela INCOOP, a COOPERLIMP.

3.2. A COOPERLIMP.

Em 1998 surgia a Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga de São Carlos, SP, fato intimamente ligado a constatação do chamado bolsão de pobreza em regiões periféricas do município e da iniciativa de um grupo de docentes da UFSCar. Inicialmente, a sondagem por conta da equipe da INCOOP focou-se nas condições habitacionais e

educacionais da referida população e logo se percebeu que a ausência de oportunidades de trabalho se estabeleceu como uma etapa anterior as discussões propostas, a qual era potencializada pela baixa escolaridade dos indivíduos da comunidade, sendo necessário uma ação de longo prazo para que essas restrições pudessem ser enfrentadas.

Docentes e alunos da Universidade de São Carlos buscaram o diálogo com a comunidade por meio de líderes e participantes de projetos sociais existentes na área, os quais tornaram possível a apresentação da proposta de organização do trabalho coletivo. Cerca de 90 pessoas estiveram presentes nas quatro reuniões iniciais onde se discutiu as necessidades da população e alternativas de atividades produtivas, como atividades de costura, alimentação, coleta de resíduos, limpeza, etc. No decorrer das discussões e na decisão da atividade o grupo se reduziu a cerca de 10 pessoas que formou o núcleo responsável pela agregação de outras tantas necessárias para a formação da cooperativa.

A Cooperlimp fora a primeira iniciativa de incubação sob responsabilidade dos futuros fundadores da INCOOP, desse modo não houve um mapeamento sistemático sobre a população, só ocorrendo o mesmo após três anos de funcionamento da cooperativa, quando a coleta de dados sobre os membros do empreendimento e aspectos gerais da população puderam ser resgatados, apesar de ainda insuficientes. No que desrespeito a população envolvida, o simples ato de legalizar a cooperativa exigia que os futuros participantes estivessem com os documentos pessoais em ordem, o que não era o caso de muitos deles. Sobre isso:

“... Obter esse documento (o RG) foi significativo, não apenas para a finalidade do trabalho, mas como um passo no processo de resgate da dignidade e da cidadania dos cooperados. O conjunto das ações em busca dos direitos e o acesso a novas oportunidades é que garantem a saída definitiva da situação de exclusão; em relação ao trabalho, por exemplo, isso se efetiva quando o trabalhador não se satisfaz mais em vivenciar a condição passiva e dependente da relação trabalhista tradicional e aspira por uma relação onde possa dividir democraticamente direitos e deveres. Por isso, é papel da Incubadora incentivar que as análises contextualizadas no bojo do modelo de gestão cooperativa não sejam apenas internas aos cooperados, mas estendam-se ao bairro, que é a unidade espacial onde grande parte dessas cooperativas estão surgindo, refletindo-se em ações organizadas que procuram interferir sobre a realidade de tal modo a promover mudanças para superar a situação de exclusão e

promover a adesão de outros segmentos. (DAKUZAKU; GALLO; EID, 2000, p14).”

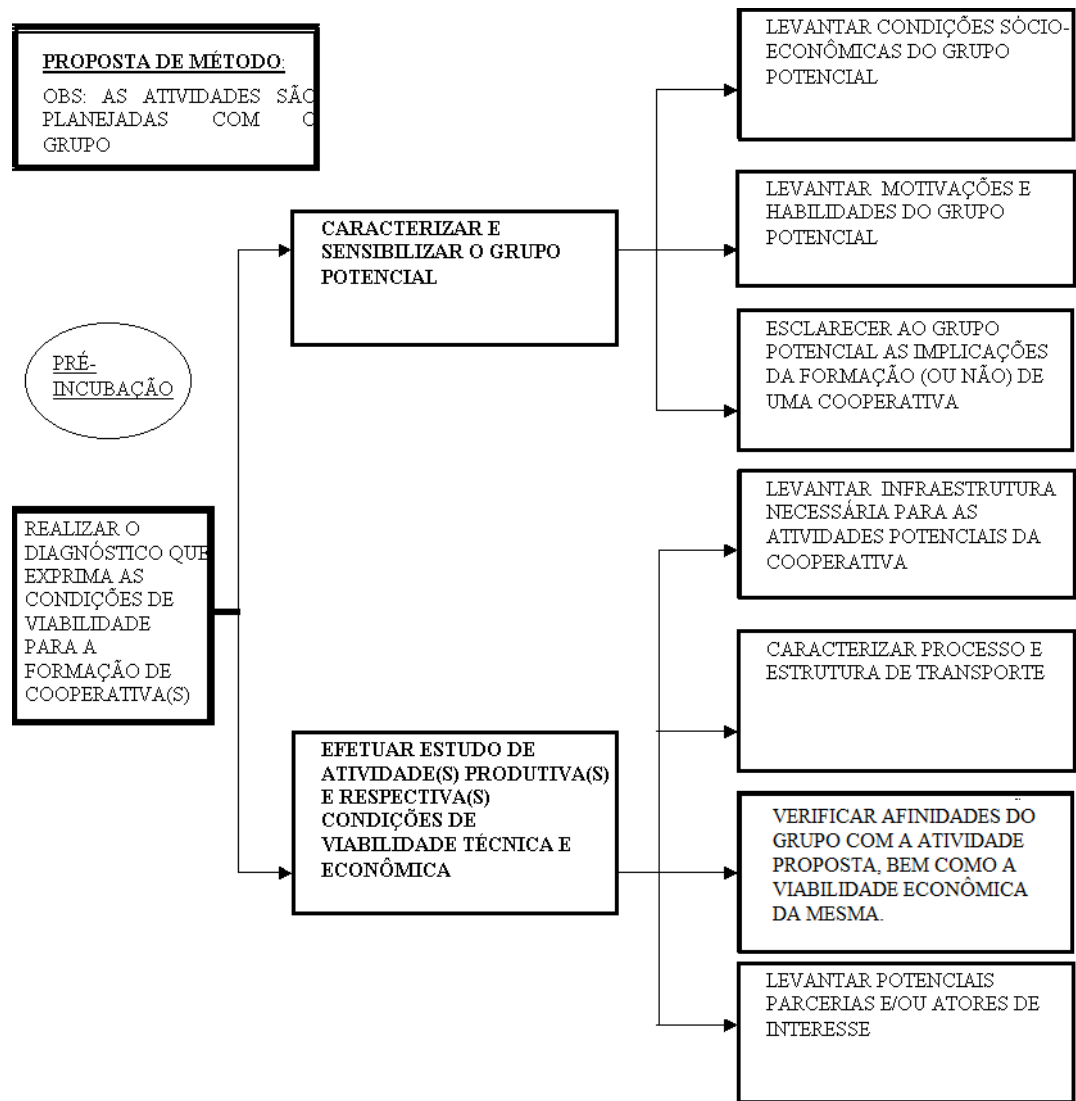
A apresentação dos princípios da economia solidária se deu logo no início, sendo feitos inúmeros esforços para a compreensão dos integrantes das peculiaridades da iniciativa. Dado o caráter inovador, a incubadora centrou-se em apresentar a cooperativa como alternativa de trabalho e ir trabalhando posteriormente para a total compreensão dos princípios solidários.

Para a definição da atividade econômica a ser desempenhada pelo grupo, foram feitos levantamentos de alternativas de atividade produtivas, sendo as mesmas analisadas quanto ao interesse e a capacidade da população, bem como a demanda existente por tal serviço e a qualidade prestada de serviços semelhantes. Levado tudo isso em consideração a opção feita foi pela atividade de limpeza, onde houve ainda a capacitação para poder desempenhar a mesma no âmbito industrial.

Com a maturação das relações coletivas, passou-se a discutir o Estatuto que regeria a cooperativa. A discussão ocorrera durante oito reuniões, sendo os temas tratados referentes aos direitos e deveres, a escolha da direção, e a democracia interna entre os futuros cooperados. Devida ao aumento da complexidade dos fatos se fez necessária a ajuda de um profissional de Direito, mantendo as bases legais de acordo com o contexto associativista, entretanto mais importante que um Estatuto bem elaborado era retirar os integrantes da situação de anomia que vivenciavam, bem como conscientizá-los de seu papel no coletivo, uma vez que o trabalho formal ainda servia de referência quando a direitos, deveres e benefícios.

A figura abaixo resume as etapas necessárias para a constituição da COOPERLIMP.

Figura 2 – Proposta de Método da COOPERLIMP.



Fonte: Elaboração própria, baseado em DAKUZAKU; SHIMBO; ZANIN (2001).

Quanto à caracterização do grupo da cooperativa, inicialmente o mesmo era quase que exclusivamente do gênero feminino, entretanto com o aumento de cooperados mais homens passaram a fazer parte da mesma. No que diz respeito à origem étnica, há um reflexo da miscigenação presente em nosso país, sendo a maioria do interior paulista vinda de famílias rurais para morar na cidade, onde continuavam a desempenhar atividades ligadas ao meio rural, como a de bóias-frias.

Antes da cooperativa os integrantes da cooperativa comumente auferiam renda através do trabalho informal, os chamados “bicos”, sendo que alguns estavam completamente sem remuneração, graças ao auxílio de familiares. Existia conhecimento

sobre a atividade de limpeza, mas não de limpeza industrial, desse modo se fez a necessidade de capacitação, bem como do fim do ser individual. A partir de todas essas mudanças os cooperados passaram a ter consciência de sua atividade coletiva, além de desenvolverem habilidades relativas ao trabalho, mas também a educação e cidadania, exemplo disso fora a troca de gestão sem grandes dificuldades.

No final de 2001, coletaram-se dados relativos às condições de trabalho e vida dentro da cooperativa. Das 17 entrevistas, 15, mencionaram algum tipo de investimento em suas casas, evidenciando uma melhora de bem estar. As respostas se mantiveram positivas quanto às condições de trabalho, sendo classificada por todos como boa, já que puderam desenvolver suas habilidades no trabalho e contavam com o apoio familiar.

As relações de trabalho também se mostraram superiores às antigas, pois agora o Contrato para a prestação de serviço feito com a UFSCar cumpre os fundos que a cooperativa prevê, havendo os benefícios de férias, 13º salário, INSS, dentre outros. Como ponto negativo, alguns membro do grupo apontaram a não existência de carteira assinada, evidenciando que os valores cooperativistas ainda não haviam sido totalmente internalizados.

Quando perguntadas sobre desentendimentos dentro da cooperativa, a maioria respondeu que existe desconfiança, fofoca, discussões sobre o pagamento e falta de união e participação, fato que poderia levar ao rompimento do grupo, preocupando a equipe da INCOOP, entretanto foram bem diretos quanto aos benefícios da cooperativa respondendo que não possui patrão, ter as decisões tomadas pela maioria e a sensação de convivência coletiva, sendo estes os principais pontos positivos (GALLO, 2003: p. 151). Essas declarações mostram que os princípios cooperativistas estão florescendo dentro do grupo, mas que precisam ser ainda consolidados.

A cooperativa passou por diversas dificuldades e conflitos no início desta década, sobre elas um dos integrantes desabafou:

“... Um quer por o bico nas coisas que o outro está fazendo. Tá muito difícil, ninguém compreende mais ninguém. Hoje se você me perguntar o que é uma cooperativa eu não sei responder, porque já mudou tudo... Eu acho que não vai consertar. É daí para pior, eu acho que não tem mais volta. Teria de ter o corte desde o começo, como não teve, agora não consegue mais. Pode mudar, mas não sei quando, só se montar outra. Hoje eu não gosto da cooperativa, foi bom.

Eu só estou aqui porque preciso trabalhar, porque se não precisasse, não tava aqui não. Estou meio desiludida, você ficar escutando coisa que não deve (...) o problema da cooperativa hoje é muita discussão. Essa discussão não é boa, PE sempre que acontece e não se resolve. Discuti hoje, aí vai sempre tocando no assunto até que a pessoa se enche. A pessoa cansa. (GALLO, 2003, p.152).

Pelo tom da cooperada percebeu-se que as discussões não mais eram amigáveis e respeitosas, agravando ainda mais a situação quando problemas pessoais eram levados ao trabalho, gerando maldizeres dentro do grupo, sobrepondo os laços de companheirismo criados, sendo o único motivo para se ainda fazer parte da cooperativa a necessidade.

Outro dos problemas enfrentados foi à ausência de algum tipo de liderança democrática interna, bem como a existência de um chefe, no sentido tradicional. Segundo os cooperados era necessário existir uma figura capaz de conversar e expor as situações. Nesse ponto percebe-se uma inversão dos valores cooperativistas apresentados ao grupo no início. Essa situação se agravava na medida em que as situações eram expostas, quando não diretamente ou por meio de fofocas, chegando ao ponto de se colocar em dúvida todo o trabalho realizado até a data, uma vez que começou a ocorrer um “racha” que podia ser visto nas assembléias com cada grupo sentando em partes diferentes da sala. Nesse ponto o sentido de coletivo se perdia.

A partir desse momento os cooperados foram aconselhados por uma professora coordenadora da INCOOP a resolver todos esses conflitos, o que teve um efeito positivo, mas ao mesmo tempo evidenciou a dependência da cooperativa para com a incubadora. Um dos principais receios da equipe técnica era de como exercer o papel de parceiro até o momento da desincubação, não ocupando um papel de dirigente que delegasse tarefas a serem cumpridas, mas sim de mostrar e auxiliar o grupo a conseguir desenvolver suas atividades de forma autônoma.

A COOPERLIMP chegou a possuir mais de 250 sócios durante sua jornada, sendo que através dos contratos formados com a prefeitura, a UFSCar, etc.; seus integrantes conseguiam obter uma renda média de R\$ 540,00, contando ainda com benefícios como Fundo de Seguridade Social, Fundo de Descanso, Abono de Natal, Cesta Básica, Transporte, Alimentação, uniformes e INSS. Infelizmente as atividades da cooperativa podem ser descontinuadas por conta de um termo de ajustamento de conduta, o qual visa impedir que cooperativas fraudulentas firmem contratos de prestação de serviço com o

poder público, obrigando as cooperativas prestadoras de serviços a comprovarem que estão estruturadas de acordo com as normas específicas deste tipo de empreendimento, mas que na prática impede cooperativas legítimas de prestarem serviços às prefeituras, destacando inúmeras contradições entre as políticas públicas de incentivo a Economia Solidária e ações coibitivas nesse campo. As conseqüências para o trabalho associado foram desastrosas e evidenciaram ainda mais a necessidade do marco legal para a Economia Solidária (CARTEGOSO; SHIMBO; MOYA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A ascensão do sistema capitalista impôs diferentes realidades aos indivíduos integrantes do mesmo, de forma que independente da região analisada um impacto na produção e, por consequência do aumento de eficiência, nas taxas de emprego serão sentidas. BRAUDEL foi muito perspicaz ao concluir que o capitalismo possui um caráter concentrador, já que de fato ocorre uma triste separação entre os indivíduos que são capazes de explorar o trabalho humano e dele retirarem a mais-valia daqueles que acabam sendo excluídos do processo, agravando as taxas de desemprego em todo o mundo, sendo necessário recorrer a informalidade para poder suprir suas necessidades básicas.

No Brasil, as reformas neoliberais do final do século passado contribuíram para um grande aumento das taxas de desemprego que acabaram por desestruturar o mercado de trabalho, de forma que observou-se o aumento das formas Não-Organizadas do mesmo, resultantes do excedente de força de trabalho não utilizada nas ocupações formais, mas que necessitavam encontrar uma forma de sobreviver. Diferentes formas de produção não capitalistas surgiram com o passar do tempo, estas que se cristalizaram na Economia Solidária no Brasil.

A Economia Solidária propõe uma nova maneira de conceber a produção, buscando integrar os indivíduos excluídos do sistema capitalista. Suas bases estão voltadas para a geração de trabalho e renda, estes agora de forma coletiva e que busquem beneficiar toda uma comunidade. Apesar de não poder ser considerada uma alternativa ao sistema capitalista, a mesma se mostra como uma nova oportunidade frente ao desemprego e a exclusão social.

O final dos anos 90 e principalmente a década passada foram vitais para a atual configuração da Economia Solidária em nosso país, uma vez que inúmeros agentes se integraram ao processo, em especial o FBES e a SENAES, esta última dando legitimidade ao movimento frente ao poder público e sendo responsável por inúmeros projetos e medidas que alavancaram e deram visibilidade sobre ES em nosso país como o programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a instauração do SIES.

Os mapeamentos feitos nos Atlas de Economia Solidária de 2005 e 2007 foram capazes de mostrar a importância crescente que esse movimento tem tomado em nosso país, uma vez que o crescimento do número de EES nos últimos 20 anos é muito grande, em especial nas regiões Sul e Sudeste, onde já existia uma cultura de cooperação mais

trabalhada, mas mesmo nas outras regiões o crescimento seguiu a mesma tendência, o que nos mostra que a Economia Solidária pode sim ser mais que uma alternativa ao desemprego, mas não um substituto ao sistema de produção capitalista. Prova disto é exposto durante os depoimentos de vários cooperados, estes que ainda tem o trabalho formal como principal ponto de referência como ocupação, de forma que apesar de não negarem a Economia Solidária, prova disto se dá no crescimento dos EES, não fazem gosto que seus filhos sigam o mesmo caminho, sendo mais um complemento as suas vidas do que uma forma nova de viver.

Quanto aos resultados econômicos, a ES não só integra cada vez mais indivíduos a sociedade, como aumenta sua representatividade nos indicadores econômicos do país. Em 2010 cerca de 2,3 milhões de pessoas participavam do movimento, que movimentou cerca de R\$ 12,5 bilhões em quase 31 mil empreendimentos espalhados pelo país.

Assim como ocorreu com o governo Lula, o atual governo Dilma também se mostra bastante interessado nos possíveis benefícios da Economia Solidária, tanto que assim como no PPA de 2008-2011, o atual consta com dois grandes programas - Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e o Programa Resíduos Sólidos - que visam integrar ainda mais pessoas e fortalecer as bases solidárias do movimento.

Além disso, foi criado o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, este que visa promover relações comerciais mais justas e solidárias, articulando os EES de todo território brasileiro, bem como seus colaboradores. Este se baseia em uma relação comercial diferenciada, onde os princípios de solidariedade e justiça se façam presentes, que promova a participação ativa de seus envolvidos.

Outro ponto que merece destaque foi que em 19 de Julho de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 12.690 ou Lei do Cooperativismo, esta que regulamenta a relação entre a cooperativa, seus sócios e o mercado, nos contratos de prestação de serviço de forma continuada ou eventual, além da instauração do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho. Em linhas gerais a instauração de um marco legal dá ainda mais legitimidade às cooperativas, sendo este uma antiga queixa por parte dos envolvidos na Economia Solidária.

O mais fascinante de toda essa articulação é que ainda que a Economia Solidária seja vista como um complemento a vida de seus integrantes, ou até mesmo a última alternativa antes da informalidade e, em casos extremos, da ilegalidade; a mesma continua

a crescer e não mostra sinais de que não deve continuar nessa tendência, já que os níveis de emprego formal estão muito melhores do que nas décadas passadas e mesmo assim o movimento e as bases para o mesmo continuam a se desenvolver. Acredito que a Economia Solidária representa um impulso para mudanças sociais e econômicas em toda a sociedade, já que não se trata apenas de construir uma “economia de excluídos”, mas resgatar a cidadania e a dignidade do trabalhador perante a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABPES – II ENPES – Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária. “A economia solidária sob diversos olhares”, 2012. ANEXOS

ANTEAG, 2000, Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho, SP, p. 22.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – 2005, 2006, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – 2007, 2009, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

BIRCHALL, J, 1997 - The international cooperative movement, Manchester: Manchester University Press.

BRAUDEL, F, 1987, A DINÂMICA DO CAPITALISMO.

CAMP, 2006, Saiba mais sobre a Economia Solidária.

CAPITALISTA, 2003, em CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-21.

COOPERLIMP ELEGE NOVA DIRETORIA, disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2005/146311-cooperlimp-elege-nova-diretoria.htm>>. Acesso em: 12/10/2012.

CORTEGOSO, A. L; SHIMBO, I ZANIN, M; GAVINO, E. R. MASCIO, C. C; MÔNACO, G. D. Métodos de incubação da INCOOP/UFSCAR: exame de duas experiências. Economia Solidária e Tecnologia Social, Revista Proposta nº 112, p. 32-46, 10 jul. 2007.

CUNHA, G, 2007, “POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO RESSIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE: ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS”

FERGUSON, A. 1991- Managing without managers: crisis and resolution in a collective bakery - M Buranoy et al. (orgs.), Ethnography unbound, Berkeley : University of California press, 108-ss.

GAIGER, L, 2004, A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização, em DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 799 a 834.

GAIGER, L. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO

GALLO, A. R. Empreendimentos Econômicos Solidários: Alternativas organizacionais de (re)inserção econômica e social, 2003.

GALLO, Ana Rita ; DAKUZAKU, Regina Yoneko ; EID, Farid ; VALÊNCIO, Norma Felicidade L S ; SHIMBO, Ioshiaqui ; MASCIO, Carlos Cesar . Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho. In: Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000, Recife. III Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000.

HIRST, P, 1994, Associative democracy. New forms of economic and social governance. Amherst: University of Massachusetts Press.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, - “Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil”.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”

JARDIM GONZAGA; SEMINÁRIO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL FOI ORGANIZADO PELA PREFEITURA E UFSCAR, disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2008/153356-jardim-gonzaga.html>. Acesso em: 13/10/2012>.

JOSÉ LUIS E ROSA SUNDERMANN, 2003.

MARX, K, 1893, O Capital : extratos por Paul Lafargue / Karl Marx ; [tradução Abguar Bastos]. -- 2ed. -- São Paulo : Conrad Editora do Brasil, 2005.

MARX, K. ENGELS, F, 1848, Manifesto Comunista. Publicado pelo INSTITUTO

MATTOSO, J. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

MIGUEL, A. C, JARDIM, M. A. C, CAMPOS, R. ANAIS do IV SEMPE, “Estudo sobre a intervenção feita pela incubadora regional de cooperativas populares junto a cooperativa de limpeza do Jardim Gonzaga”, Agosto/2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006, I OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/ EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, TOMADA DE CONTAS ANUAL – Exercício de 2006.

MOTOYAMA, S. Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

NAKANO, M. (2000), "Anteag, autogestao como marca", em SINGER E SOUZA (org), Economia Solidaria no Brasil. São Paulo. Editora contexto p. 65-80.

POCHMANN, M, 2004, ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES, IPEA, p. 23-34.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011, 2010 Ministério do trabalho e emprego – exercício 2010.

RUTKOWSKI, J; LIANZA, S, 2004, “Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?” Em Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento.

SADER, E, BARONE. M, 2008, Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas, em Rev. Adm. Pública vol.42 n°. 6 Rio de Janeiro, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext>

SANTOS, Boaventura de Souza, 2002, Produzir para viver, p. 23-127.

SINGER, P e SOUZA, A. 2000, A economia solidaria no Brasil, SP, Editora Contexto.

SINGER, P, 2009, POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. IPEA.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Orgs.). A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

SOARES, Marden Marques; ALVES, Sérgio Darcy da Silva. Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central. Brasília: Bacen, 2004. Disponível em:<http://doc.politiquessociales.net/serv1/democraticao_do_credito_no_Brasil_Actuacao_do_Banco_Central.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

ANEXOS

ETAPAS	SUB-ETAPAS	Atividades e procedimentos gerais
1-Apresentação e sensibilização dos atores envolvidos	Apresentação e reconhecimento do grupo, multiplicadores e equipe da INCOOP-UFSCar.	Reunião de apresentação do grupo, multiplicadores e do trabalho da Incubadora e as razões que levam ao encontro dos atores.
	Conscientização do grupo e multiplicadores a respeito de temas atuais como desemprego, exclusão e cidadania.	Discussões temáticas: capitalismo, desemprego, exclusão social, cidadania. Utiliza-se de fatos do cotidiano, principalmente de fatos noticiados pela mídia a que o grupo tem acesso (principalmente a televisão).
	Demonstração de alternativas para a geração de trabalho e renda.	Apresentação, caracterização de associações, cooperativas, microempresas, emprego e subemprego.
2-Formação e Consolidação do grupo potencial	Verificação do contexto de formação do grupo afinidades, identidades, objetivos em comum.	Discussão e questionamento individual a respeito dos motivos que o levam a participar do grupo. Levantamento das condições socioeconômicas e culturais das pessoas envolvidas, buscando alternativas de inclusão integradas à formação da cooperativa.
	Verificação da maturidade, união e convicção do grupo no sentido da formação da cooperativa.	Observação do grau de envolvimento dos integrantes a partir de uma motivação e avaliação à participação dos mesmos nos processos de divisão de tarefa e no comparecimento às reuniões.
3-Capacitação para o cooperativismo	A economia popular solidária: importância e contexto.	Debate sobre o potencial da economia popular e da solidariedade como princípio socioeconômico.
	Promoção do conhecimento dos princípios cooperativistas.	Utilização de dinâmicas de grupo e formação de círculos para discussões de cada princípio cooperativista.
	Objetivos de uma cooperativa.	Círculo para discussão de atividades fins de uma cooperativa. Questionamentos de como o grupo vai cooperar? Para quê? e Por quê?
	Funcionamento de uma cooperativa.	Divisão do trabalho, de funções e a função das assembleias. Expõe-se a diferença entre uma cooperativa autêntica e uma "cooperfraude".
	Atuação dos cooperados.	Discussão sobre as funções de trabalhador e administrador em uma auto-gestão.
	Significado da cooperação.	Questionamento e discussões a respeito da cooperação e da competição, a diferença entre trabalhar em uma cooperativa e para uma empresa capitalista.
4-Escolha da atividade econômica	A importância das redes de cooperação.	Debate sobre a necessidade de uma rede entre os empreendimentos como forma de viabilizar e fortalecer a atividade econômica: rede de trocas; de informações etc.
	Caracterização da estrutura e conjuntura do mercado local.	Caracterização do tamanho da cidade, localização regional, comércio, indústrias, serviços e <u>carências</u> da cidade nesses setores.
	Verificação de nichos de mercado/alternativas.	A partir das características acima detalhadas, procurar atividades inovadoras, diferenciadas e/ou estratégicas para a cidade e região, verificando oportunidades.
	Verificação da motivação/habilidades do grupo em relação a determinada atividade.	Caracterização das vocações individuais, motivações, experiências profissionais, apontando atividades potenciais para o grupo e relacionado-as com as oportunidades de atuação na cidade e possibilidades de formação de redes de empreendimentos populares. Verifica-se a disponibilidade de recursos. Discussão entre o grupo e a equipe da INCOOP, analisando prós e contras que implicam na escolha de determinada atividade.
	Estudo/Escolha da atividade econômica.	Estudo da(s) atividade(s) levantadas de acordo com a viabilidade econômica, com a inserção estratégica no mercado e com a motivação do grupo para a atividade.
	Levantamento de recursos e infraestrutura necessárias para a execução da atividade.	De acordo com o número de integrantes do grupo e com os recursos disponíveis, promove-se uma assessoria para o levantamento dos recursos necessários para implementação da cooperativa, através da elaboração de projetos e mini-projetos de instalação da cooperativa do empreendimento solidário.

	Estudo da viabilidade econômica.	De acordo com investimento necessário, verifica-se o retorno a curto, médio e longo prazo condizente com a estrutura da cooperativa, através de simulações do desenvolvimento das atividades produtivas (ou serviços) e dos resultados financeiros de acordo com a variação de preços, custos e quantidade produzida e quantidade vendida.
	Aquisição de recursos e infraestrutura necessárias.	Assessoria para a busca de instituições parceiras e/ou financiadoras no sentido da aquisição de recursos e infraestruturas necessárias, através de levantamento e elaboração de projetos ou mini-projeto e verificação de financiamento e linhas de créditos viáveis.
5-Capacitação técnica	Apresentação das características e funcionamento da atividade.	Utilização de palestras para caracterizar e demonstrar técnicas utilizadas, procedimentos de trabalho na produção ou na prestação de serviços, uso de matérias-primas, insumos, informações, documentos e especificações, além de apresentar aspectos normativos e leis vigentes.
	Qualificação técnica.	Utilização de cursos, aulas, congressos e encontros relacionados à atividade além de bibliografias básicas para consulta. Proporciona-se e incentiva-se o conhecimento de organizações que já praticam atividades semelhantes, estimulando o aprendizado e a visão crítica.
	Treinamento e práticas.	Através de produções piloto, simulações de processos, organização do trabalho cooperativo, produção experimental com o objetivo de permitir ganho de experiência, do conhecimento de ações corretivas e preventivas e conhecimento a partir da prática e do erro, visando também integrar o grupo na atividade a ser desenvolvida.
6-Capacitação administrativa/ autogestão	A autogestão	Discussão sobre os mecanismos autogestionários: as assembleias e a decisões coletivas.
	Administração do empreendimento cooperativa.	Explanção sobre o papel da diretoria, dos conselhos fiscais e de ética. Discussão sobre os direitos e deveres da equipe administrativa bem como dos demais cooperados.
	Os fundos e os benefícios cooperativistas.	Discussão sobre os fundos obrigatórios e a constituição de fundos equivalentes: férias, licença maternidade, 13º, etc.
	Planejamento e controle da produção/serviços.	Mostrar as informações necessárias para o planejamento e controle da produção, aplicando uso de planilhas e estimulando a construção de conhecimento sobre os processos de produção, procedimentos e histórico de vendas. Apresenta-se material didático para consulta.
	Apuração de custos, formação de preços e análise de contratos.	Proporcionar o entendimento do processo de formação de preços a partir do preço de mercado e dos custos de produção (ou de prestação de serviços) rateados para cada produto ou serviço prestado e, posteriormente, análise de contrato. Apresenta-se material didático para consulta.
	Organização contábil e financeira.	Uso de diário para contabilizar débitos e créditos e resultados mensais. A partir da análise dos resultados mensais, fazer análise sobre os gastos, prevendo cortes e gastos futuros e, estimular o planejamento financeiro a partir da criação de fundos para a expansão da cooperativa. Apresentam-se as rotinas de encargos e impostos a serem cumpridas. Apresenta-se material didático para consulta.
	Planejamento estratégico e operacional.	Anteriormente, o integrante da equipe da INCOOP faz seu mapa cognitivo do planejamento estratégico a fim de assessorar o planejamento do grupo, de curto, médio e longo prazo com o grupo, procurando inclusive o planejamento de expansão da cooperativa. O objetivo é estimulá-los a planejar e elaborar planilhas de ações, extraídas a partir do planejamento do(s) mapa(s) cognitivo(s).
	Estratégias de atuação no mercado, Marketing, comercialização, logística e procedimentos com clientes e fornecedores.	Com o auxílio do mapa cognitivo, mede-se a construção da atuação da cooperativa no mercado, procurando caracterizar alternativas de comercialização, ou de produtos e serviços agregados, diferenciação de clientes e fornecedores, melhores roteiros para processo de transporte de produtos, matérias-primas, insumos, ou para a prestação de serviços, visando minimizar custos de transporte e distribuição. Apresenta-se material didático para consulta.

	Gestão da qualidade.	Faz-se uma exposição dos parâmetros de qualidade do fornecimento de matéria-prima e/ou insumos, do produto da cooperativa, dos processos envolvidos na atividade (produção ou serviços), do mercado e dos consumidores. Busca da melhoria da qualidade a partir da conscientização da necessidade do envolvimento dos cooperados. Apresenta-se material didático para consulta.
7-Elaboração do estatuto	Apresentação e esclarecimento do estatuto.	Faz-se uma apresentação das características e funções de um estatuto, e depois uma leitura de um estatuto modelo, salientando os direitos e deveres de cada cooperado, da presidência, das diretorias, do conselho fiscal, comissão de ética, além da função das diferentes assembleias, da constituição de fundos obrigatórios e não obrigatórios, da divisão das sobras e constituição e divisão das cotas parte.
	Discussões envolvendo princípios cooperativistas e a elaboração do estatuto.	Elaboram-se, assessorando o grupo, os pontos do estatuto passíveis de mudança, de acordo com as aspirações dos mesmos e reforçam-se os princípios cooperativos como base.
	Apreciação do estatuto elaborado.	Consulta a advogado sobre os pontos propostos pelo grupo. Em caso de dúvidas ou impedimentos legais, viabilizar o contato do grupo com advogado, sempre respeitando a autonomia do grupo
8-Legalização da cooperativa	Levantamento de documentos.	Informação sobre os documentos necessários para legalização da cooperativa, solicitando-se ao grupo social a providência dos mesmos.
	Divulgação da assembleia de fundação.	Divulga-se, antecipadamente conforme prazo mínimo, em locais públicos e jomais a convocação (através de edital) para a assembleia geral de fundação.
	Formação das chapas para eleição de presidente, diretoria, conselho fiscal e comissão de ética.	Após a convocação para a assembleia geral de fundação, formam-se chapas para a disputa e formação dos quadros de presidência, diretoria, conselho fiscal e comissão de ética.
	Realização da assembleia de fundação e da ata de fundação.	Realização da assembleia de acordo com um <i>quorum</i> mínimo exigido, aprovação do estatuto, eleição dos cargos e elaboração de ata de fundação.
	Envio de documentos aos órgãos competentes (junta comercial, receita federal, prefeitura, postos fiscais etc.).	Anexam-se os documentos necessários de cada integrante do grupo, a ata de fundação e o estatuto e enviam-se aos órgãos reguladores para obtenção do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), alvará, inscrição estadual e outros, mediante o pagamento de taxas.
	Elaboração do regimento interno.	De acordo com as necessidades específicas de controle e organização do trabalho, de atribuição de responsabilidades referentes às atividades da cooperativa, o grupo é assessorado para a elaboração do regimento interno.
9-Assessoria para implementação das atividades da cooperativa/ Inserção e atuação no mercado/ Fim do processo de incubação	Monitoria do processo de inserção da cooperativa no mercado.	Implementação do marketing estratégico, análise dos consumidores/ clientes/fornecedores e parcerias, efetuação da contabilidade da cooperativa, assessoria para o cumprimento de tributos, divisão das sobras líquidas e construção de fundos. Busca de integração com outras cooperativas populares e formação de rede estratégica.
	Monitoria do desenvolvimento das atividades internas da cooperativa e da atuação da cooperativa no mercado.	Análise de procedimentos da cooperativa de acordo com os problemas diagnosticados: dos resultados financeiros (correção/revisão de procedimentos), da interiorização dos princípios cooperativistas e de gestão democrática, da participação e promoção das assembleias, dos processos produtivos e autogestionários (processo de gestão adequada)
	Avaliação do grau de autonomia do grupo e final do processo de incubação.	De acordo com os resultados verificados no processo de desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Fonte e elaboração: equipe técnica, discentes e docentes da INCOOP/UFSCar, 2002 apud GALLO, 2003.